

O Conselho Nacional de Turismo na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

O Conselho Nacional de Turismo na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

O Conselho Nacional de Turismo na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Brasília, 2012

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribuiu para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional de Turismo.

Coordenação Técnica da Pesquisa

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Equipe Técnica

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República

Isadora Araújo Cruxên – Ipea

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República

Raquel Meirelles – Ipea

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

Uriella Coelho Ribeiro – Ipea

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3 O CNT – CONTEXTUALIZAÇÃO	12
4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CNDI	17
5 QUESTÕES ABERTAS.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE	49
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Situação no conselho
- Gráfico 2 – Amostra segundo setor de representação
- Gráfico 3 – Conselheiros segundo o sexo
- Gráfico 4 – Conselheiros segundo a cor/raça
- Gráfico 5 – Escolaridade dos conselheiros
- Gráfico 6 – Religião ou culto dos conselheiros
- Gráfico 7 – Faixa etária dos conselheiros
- Gráfico 8 – Conselheiros segundo renda familiar média mensal (em R\$)
- Gráfico 9 – Renda familiar média mensal por setor (em R\$)
- Gráfico 10 – Conselheiros segundo o tempo no conselho
- Gráfico 11 – Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
- Gráfico 12 – Participação dos conselheiros em outros conselhos
- Gráfico 13 – Número total de conselheiros
- Gráfico 14 – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 15 – Número de conselheiros em cada setor
- Gráfico 16 – Avaliação do número de conselheiros em casa setor – por segmento
- Gráfico 17 – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
- Gráfico 18 – Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
- Gráfico 19 – Interesses prioritários I
- Gráfico 20 – Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
- Gráfico 21 – Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
- Gráfico 22 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
- Gráfico 23 – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 24 – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 25 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 26 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 27 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 28 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 29 – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
- Gráfico 30 – Influência na agenda do Congresso Nacional
- Gráfico 31 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do Ministério do Turismo
- Gráfico 32 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
- Gráfico 33 – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 34 – Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
- Gráfico 35 – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 36 – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
- Gráfico 37 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 38 – Atuação do poder público
- Gráfico 39 – Atuação da sociedade civil
- Gráfico 40 – Secretaria Executiva do CNT
- Gráfico 41 – Meios de divulgação e comunicação
- Gráfico 42 – Regimento interno e resoluções
- Gráfico 43 – Presidência do CNT
- Gráfico 44 – Plenárias
- Gráfico 45 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

LISTA DE FIGURAS

MAPA 1 – Distribuição geográfica dos conselheiros do CNT

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões

Quadro 2 – Composição do CNT

Quadro 3 – Resumo do perfil dos conselheiros do CNT

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNT – Conselho Nacional de Turismo

Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos conselheiros por município

Tabela 2 – Atuação em conselhos fora do CNT

Tabela 3 – Pontos fortes do CNT

Tabela 4 – Sugestões de melhorias na atuação do CNT

1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio da ampliação e da diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas e ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbitos nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje, existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da Federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos Nacionais: perfil, atuação e visão dos conselheiros* e, integrando o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil, conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número destes conselhos aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Se entre 1930 e 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas; mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (Apêndice), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões (cujas características similares aos conselhos permitiram sua inclusão na amostra). O questionário foi elaborado em função dos objetivos anteriores, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional de Turismo (CNT). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- contextualização do CNT, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, composição, estrutura e ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (Apêndice), divididas em três blocos:

- Bloco 1: perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros;
- Bloco 2: forma de atuação do conselheiro; e
- Bloco 3: funcionamento do conselho.

O objetivo dessa fase, da qual este relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho do qual fazem parte. Cada um dos conselhos em que foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Este diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais, pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e na eficácia democrática e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente por Ipea (2010, p. 572):

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos, ou de administração de programas que compõem políticas mais amplas, e os conselhos políticos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso Nacional (CN).

Segue o quadro 1 com a amostra inicial da pesquisa.

QUADRO 1
Amostra de conselhos e comissões

Número	Conselho	Sigla	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	CDDPH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	Conselho Nacional de Assistência Social	CNAS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	CNCD/LGBT	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	CNDI	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	CNDM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	Conselho Nacional de Economia Solidária	CNES	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	Conselho Nacional de Política Cultural	CNPC	Ministério da Cultura	52	25
8	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	CNPCT	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	Comissão Nacional de Política Indigenista	CNPI	Ministério da Justiça	35	16
10	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	CNPIR	Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial	44	34
11	Conselho Nacional da Previdência Social	CNPS	Ministério da Previdência Social	15	15
12	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	CNRH	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	Conselho Nacional de Saúde	CNS	Ministério da Saúde	48	62
14	Conselho Nacional de Turismo	CNT	Ministério do Turismo	69	43
15	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Conade	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Conaeti	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Conama	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Conanda	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Conape	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	Conselho Nacional de Segurança Pública	CONASP	Ministério da Justiça	48	36
21	Conselho das Cidades	Concidades	Ministério das Cidades	86	55
22	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conselho Nacional de Juventude	Conjuve	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Consea	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	57	40

Fonte: dados da pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e em três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

No CNT, os questionários foram aplicados por meio do envio do arquivo por correio eletrônico aos conselheiros titulares e suplentes – desta forma, foram obtidos 43 respondentes. Uma observação mais detalhada da distribuição da amostra segundo a situação no conselho, se titular ou suplente (gráfico 1) e segundo o setor de representação (gráfico 2) é feita na seção 4 deste relatório.

Após a coleta dos questionários, os mesmos foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e as conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do CNT e a legislação do conselho.

3 O CNT: CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 1966, por meio do Decreto-Lei nº 55, foi criado o CNT com a finalidade de formular, coordenar e dirigir a Política Nacional de Turismo. Em 1983, a Lei nº 7.174 designou a composição do então CNT, com nove conselheiros do setor público e quatro da sociedade civil – o conselho era na época presidido pelo ministro de Estado da Indústria e do Comércio. Em 1991, por meio da Lei nº 8.818 de 1991, o CNT é extinto e seu acervo documental e suas competências são atribuídos ao Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

O Regimento Interno do CNT, aprovado por meio da Portaria nº 55, de 2 de abril de 2009, indica que o conselho, tal como é atualmente, foi criado em 31 de agosto de 2001 pela Medida Provisória nº 2.276-37 e apresenta-se, dessa vez, como órgão colegiado de assessoramento superior. O conselho foi efetivamente reativado em 2003 e constitui a estrutura básica do Ministério do Turismo (MTur), em um contexto no qual o ministério se propõe a formular e a implementar suas políticas públicas a partir de uma proposta de gestão descentralizada, aberta e democrática, tomando como exemplo a elaboração dos planos nacionais de turismo de 2003 a 2007 e de 2007 a 2010 (BRASIL, 2011a).

3.1 Breve histórico

Nas últimas décadas, o turismo tem sido considerado pelo governo como atividade primordial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Entende-se, cada vez mais, que é possível, por meio dele, aumentar a empregabilidade, distribuir renda e diminuir as desigualdades regionais, utilizando-o como instrumento de fortalecimento da cidadania e de inclusão social. Segundo mensagem do presidente da República quando da divulgação do primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT) – de 2003 a 2007 –, além dos destinos relacionados a passeio – baseados na riqueza natural, cultural, econômica e histórica –, o país precisa explorar o potencial para eventos técnicos e comerciais, bem como a interseção entre turismo de lazer e trabalho (BRASIL, 2003).

O fato de o setor ser constituído de grande quantidade de pequenas e médias empresas contribui para potencializar as possibilidades de distribuição de renda pelo turismo. A criação de vagas neste mercado de trabalho apresenta características favoráveis aos investidores e aos demais atores do processo. Três vantagens são apontadas no plano: os investimentos não precisam ser tão altos quanto os de outros setores da economia; a capacitação de recursos humanos leva um tempo relativamente curto; e, na maioria dos serviços, não é possível substituir mão de obra por máquinas. O MTur foi criado em 2003 com a expectativa de interação com outros órgãos e com entidades de fora do governo. Um dos argumentos para a criação do MTur foi a necessidade de ter um órgão da área que pudesse articular em iguais condições com outros ministérios, demais poderes, governos subnacionais e setores da sociedade (*op. cit.*).

Ainda no primeiro PNT, o MTur propõe a criação de um modelo participativo e democrático de gestão pública a partir de um sistema composto no nível federal pelo próprio ministério, pelo CNT e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (*op. cit.*).

O CNT é recriado em 2003 como órgão colegiado de assessoramento direto do MTur. O conselho reúne como integrantes membros indicados por ministérios e por órgãos do poder público, vinculados à atividade e às entidades da sociedade civil representativas de segmentos turísticos de abrangência nacional. No plano, estava previsto o incentivo à criação de conselhos municipais de turismo (*op. cit.*).

O primeiro PNT foi elaborado de forma participativa, com entidades, instituições e empresas do setor em nível nacional, além de dirigentes estaduais e presidentes de empresas públicas de turismo, operacionalizado pelo CNT por meio de suas câmaras técnicas. O diagnóstico feito aponta alguns problemas para os quais era e é necessário buscar soluções. Entre eles, se pode citar: insuficiência de dados e pesquisas sobre turismo brasileiro; qualificação profissional insuficiente para atender à demanda; baixo controle da qualidade na prestação de serviços; necessidade de rever a legislação; aumento da oferta de créditos; e infraestrutura insuficiente para atender os visitantes. O segundo Plano Nacional de Turismo trouxe uma ênfase ainda maior na associação entre turismo e inclusão (BRASIL, 2003; 2007).

Em relação aos grandes eventos esportivos, que ocorrerão no Brasil nos próximos anos, o ministério defende investimentos e ações específicas para cada cidade-sede e considera que o planejamento e a implementação destas ações dependem da articulação institucionalizada dos diversos segmentos envolvidos na política de turismo. Nesse sentido, o fortalecimento do CNT tem o potencial de formar um ambiente propício para permitir a participação de todos estes segmentos no planejamento das ações. O ministério ainda considera que algumas questões precisam ser trabalhadas na direção do aperfeiçoamento do conselho – a consolidação como colegiado representativo e a superação da fragilidade na articulação por categorias de atividade (BRASIL, 2011a).

3.2 Finalidades e competências

O Decreto nº 6.705, de 19 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o CNT, estabeleceu as competências do conselho. Entre estas, destacam-se:

- apresentar diretrizes para formulação da Política Nacional de Turismo;
- prestar assessoria ao ministro do Turismo na avaliação da política;
- fiscalizar a aplicação da legislação da área;
- posicionar-se, quando solicitado, por meio de pareceres e recomendações;
- atuar na construção de uma política de turismo mais democrática, com foco na geração de renda e na redução das desigualdades;
- construir estratégias para desenvolvimento do turismo interno e atração de turismo do exterior;
- trabalhar visando à sustentabilidade ambiental, social e cultural; e
- contribuir para o aperfeiçoamento da legislação turística.

O CNT tem, de acordo com seu regimento interno, a prerrogativa de propor ao MTur e às entidades do setor de turismo, resoluções e recomendações para o desenvolvimento do setor turístico no Brasil.

3.3 Composição

A composição do CNT foi estabelecida por decreto, em 2008, e inclui: órgãos públicos do Poder Executivo federal e da administração indireta; três conselheiros designados pelo presidente da República, escolhidos entre pessoas de notório saber em turismo – estes não possuem suplentes, dada a especificidade da indicação; e entidades da sociedade civil, indicadas pelo conselho a partir de critérios objetivos previamente definidos no regimento interno e, posteriormente, designadas pelo ministro por meio de portaria. A composição atual está listada no quadro 2.

QUADRO 2
Composição do CNT

Poder público	
1	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)
2	Ministério das Cidades (MCidades)
3	Ministério da Defesa (MD)
4	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
5	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
6	Ministério da Fazenda (MF)
7	Ministério da Integração Nacional (MI)
8	Ministério da Cultura (MinC)
9	Ministério da Justiça (MJ)
10	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
11	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
12	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
13	Ministério dos Transportes (MT)
14	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
15	Ministério do Turismo (MTur)
16	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
17	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
18	Secretaria Especial de Portos
19	Sindicato Nacional de Parques e Atrações Turísticas (SINDEPAT)
20	Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA)
21	Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)
22	União Brasileira dos Promotores de Feiras (Ubrafe)
Sociedade civil	
1	Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV)
2	Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR)
3	Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade (ABCMI)
4	Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC)
5	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta)
6	Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar)
7	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)
8	Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla)
9	Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos Culturais (ABOTTC)
10	Associação Brasileira de Resorts (ABR)
11	Associação Brasileira de Campismo (ABRACAMPING)
12	Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras (ABRACCEF)
13	Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET)
14	Associação Brasileira de Revistas e Jornais (ABRARJ)
15	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)
16	Associação Brasileira de Cooperativas e Clubes de Turismo Social (Abrastur)
17	Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR)
18	Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati)
19	Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas (Abremar)
20	Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo (Abresi)
21	Associação de Marketing Promocional (Ampro)
22	Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
23	Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores (Anseditur)
24	Associação Nacional de Transportadores de Turismo, Fretamento e Agências de Viagens que Operam com Veículos Próprios (ANTTUR)
25	Banco da Amazônia
26	Banco do Brasil (BB)
27	Associação Brasileira de Turismo Receptivo Internacional (Bito)
28	Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
29	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
30	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa)
31	Caixa Econômica Federal (CEF)
32	Casa Civil da Presidência da República
33	Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (CBC&VB)

(Continua)

(Continuação)

Sociedade civil	
34	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
35	Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
36	Confederação Nacional do Turismo (CNTur)
37	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH)
38	Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)
39	Federação Brasileira dos Albergues da Juventude (FBAJ)
40	Federação Nacional de Turismo (FENACTUR)
41	Federação Nacional dos Guias de Turismo (FENAGTUR)
42	Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA)
43	Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB)
44	Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur)
45	Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria

Fonte: MTur. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/conselho_nacional/>.

Os representantes do poder público são indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e possuem mandato de dois anos, contados a partir da data de indicação.

O regimento permite a inclusão de novos integrantes, tanto órgãos públicos quanto entidades da sociedade civil. Para isto, é necessário que a instituição interessada se manifeste à Secretaria do CNT e haja aprovação do Colegiado. Os representantes da sociedade civil no CNT são os dirigentes das entidades componentes do conselho, eles permanecerão enquanto a entidade for parte do conselho e indicarão seus suplentes que poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Atualmente, o CNT é composto por 71 conselheiros titulares com seus respectivos suplentes, sendo 23 representantes do poder público federal, 45 representantes de entidades da sociedade civil organizada e três personalidades notoriamente reconhecidas no setor do turismo.¹

3.4 Organização

O MTur tem um papel extremamente significativo no funcionamento do conselho. De acordo com o Decreto nº 6.705 de 2008, o ministro do Turismo é o presidente do CNT. Ao presidente competem funções vitais para o conselho; entre elas, convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como presidi-las, definir a pauta das reuniões, designar relatores e comissões e zelar pelo encaminhamento de propostas e decisões do conselho. O presidente do CNT será substituído pelo secretário executivo do MTur quando necessário, ou pelo secretário nacional de políticas de turismo, quando este estiver ausente (BRASIL, 2009).

À Secretaria Executiva do CNT cabe a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. O secretário executivo do CNT deve, entre outras incumbências, fornecer suporte técnico e administrativo às atividades do conselho. Esta função deverá ser exercida pelo secretário nacional de políticas do turismo do MTur.

1. Dados disponíveis no site do Ministério do Turismo: <http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/conselho_nacional/>.

As despesas dos conselheiros são de responsabilidade da respectiva entidade, o conselho não provê passagens, diárias ou despesas. A atividade como conselheiro não é remunerada e é considerada como serviço público relevante.

As reuniões do CNT são realizadas a cada três meses, sendo em regra públicas e podem ser, de acordo com o regimento, sigilosas a critério do Plenário ou se for considerado necessário para o interesse público. O regimento determina, ainda, que as entidades devem manifestar-se de forma conjunta durante as atividades, por categorias ou câmaras temáticas. As câmaras temáticas possuem uma coordenação-geral e uma coordenação técnica, a primeira ocupada por um representante designado pelo conselho e a outra, por um diretor ou coordenador-geral do MTur. As comissões temáticas que existem hoje no CNT são relativas aos seguintes temas:

- financiamento e investimento;
- infraestrutura;
- legislação;
- negociações internacionais de serviços turísticos;
- promoção e apoio à comercialização;
- qualificação profissional;
- regionalização;
- segmentação; e
- turismo sustentável e infância.

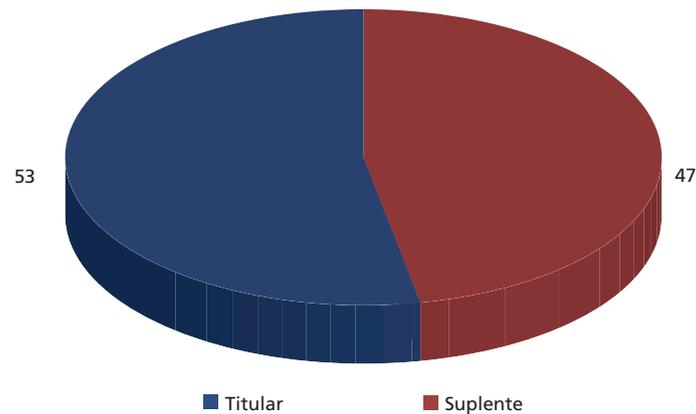
O MTur disponibiliza recursos humanos, administrativos, técnicos e logísticos necessários à operacionalização das reuniões do conselho quando realizadas em Brasília (BRASIL, 2009).

4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (apêndice A) no CNT. A descrição é dividida em três blocos, os quais expressam, respectivamente, o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros, a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros e sua percepção sobre o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos seguidos de parágrafos explicativos.

Inicialmente, verifica-se a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho –, ou seja, se titular ou suplente (gráfico 1). Conforme se pode observar, 53% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do CNT, enquanto 47% são suplentes.

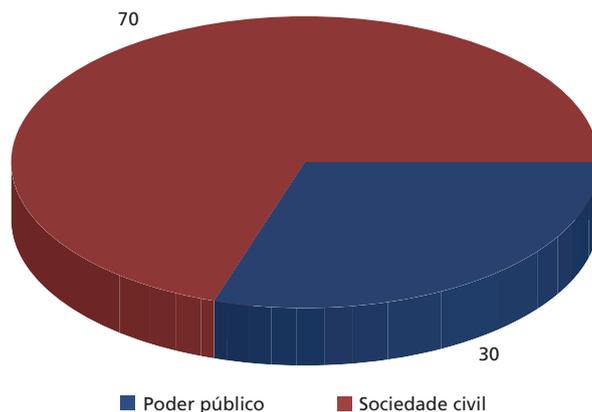
GRÁFICO 1
Situação no conselho
(Em %)



Elaboração dos autores.

O gráfico 2 oferece a distribuição percentual dos conselheiros segundo o setor de representação.

GRÁFICO 2
Amostra segundo o setor de representação
(Em %)



Elaboração dos autores.

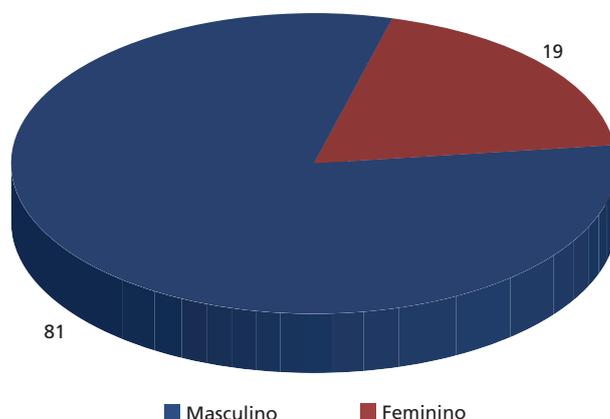
Como é possível perceber, entre os conselheiros que compõem a amostra, 70% pertencem à sociedade civil e 30% pertencem a instituições do poder público; uma distribuição razoavelmente semelhante à distribuição dos assentos no conselho.

4.1 Bloco 1: perfil dos conselheiros

Este bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados mostram a caracterização dos conselheiros no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

4.1.1 Distribuição dos conselheiros por sexo

GRÁFICO 3
Conselheiros segundo o sexo
(Em %)

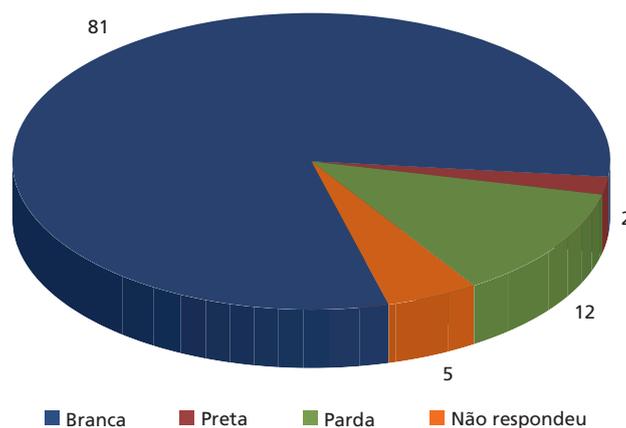


Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 3 demonstra, existe uma predominância (81%) masculina entre os conselheiros. Comparando o conselho, como instância de democracia participativa do CN – legítima casa de democracia representativa –, verifica-se que a presença masculina também é superior no CN. Nas casas legislativas, as mulheres estão significativamente sub-representadas, sendo que estas ocupam menos de 10% das cadeiras – são 43 parlamentares do sexo feminino contra 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011b). Isto significa que a representação das mulheres no parlamento brasileiro é um pouco menos expressiva que no CNT.

4.1.2 Conselheiros segundo a cor/raça

GRÁFICO 4
Conselheiros segundo cor/raça
(Em %)



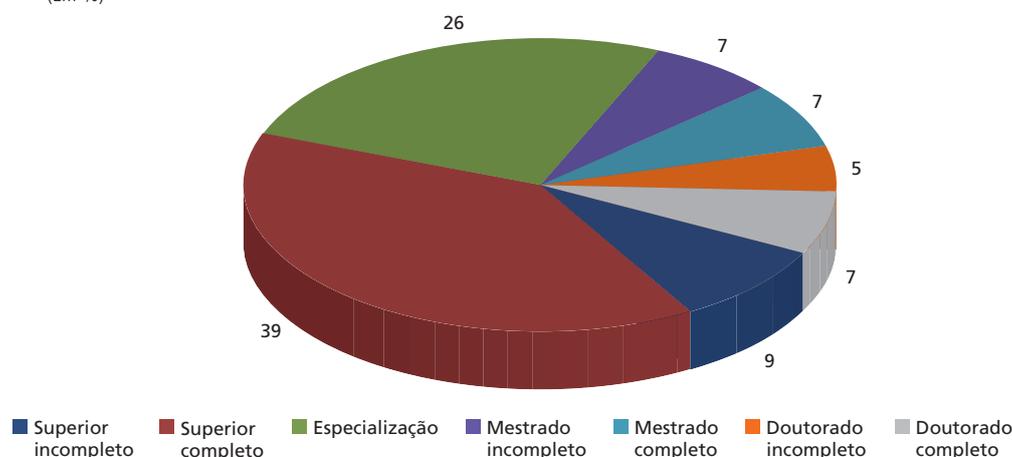
Elaboração dos autores.

Tal qual demonstra o gráfico 4, o CNT é composto predominantemente por conselheiros que se declaram de cor branca (81%). Dos demais, 12% se consideram pardos, 2% pardos e 5% não responderam. As opções de cor disponíveis nesta questão foram baseadas

na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010 e incluíam: branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnicos raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, “os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

4.1.3 Escolaridade dos conselheiros

GRÁFICO 5
Escolaridade dos conselheiros
(Em %)



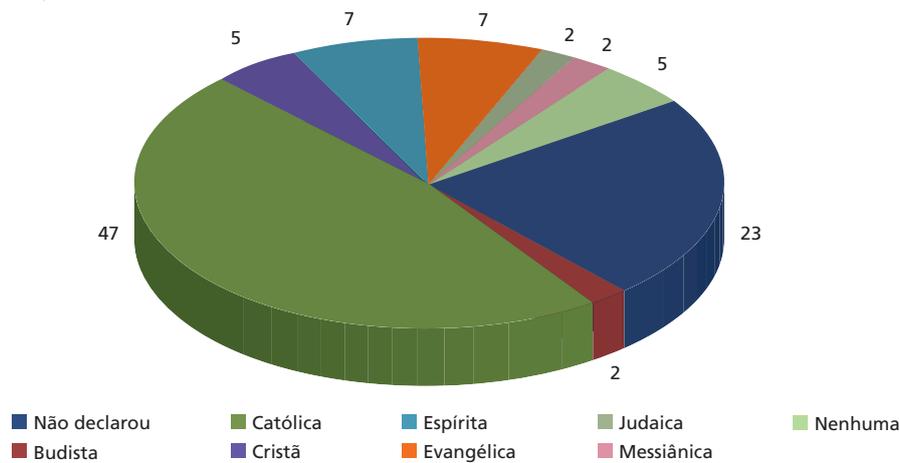
Elaboração dos autores.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). O gráfico 5 revela que todos os conselheiros que responderam aos questionários possuem pelo menos o ensino superior incompleto, o que revela uma média de escolaridade superior à média nacional. Grande parte deles possui algum tipo de especialização ou pós-graduação (52%).

4.1.4 Religião dos conselheiros

Pode-se observar, pelo gráfico 6, a divisão dos conselheiros por religião ou culto. Utilizaram-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no Censo do IBGE: “qual sua religião ou culto?”. Desta forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6.

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos conselheiros
(Em %)

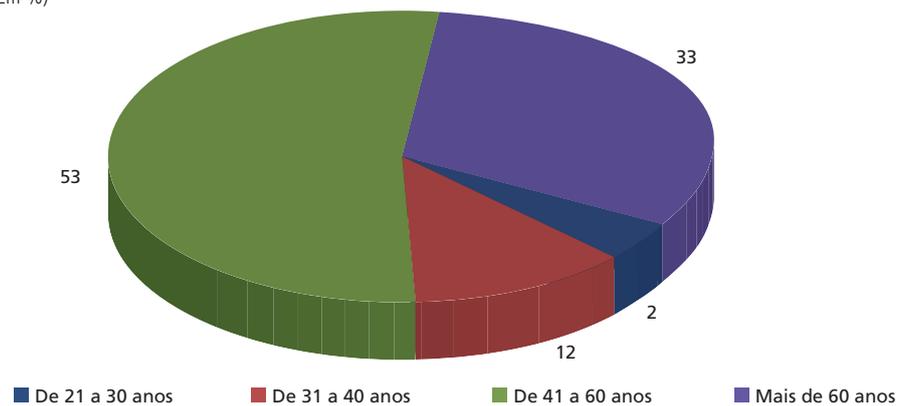


Elaboração dos autores.

A maior parte dos conselheiros que declarou religião pertence ao culto católico (47%). Razoável quantidade deles optou por não responder à questão (23%), 7% dos conselheiros são de religião espírita, igual quantidade segue a religião evangélica, 5% se declararam cristãos e outros 5% afirmaram não ter religião. As religiões messiânicas, judaica e budista foram mencionadas cada uma em 2% das respostas.

4.1.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7
Faixa etária dos conselheiros
(Em %)



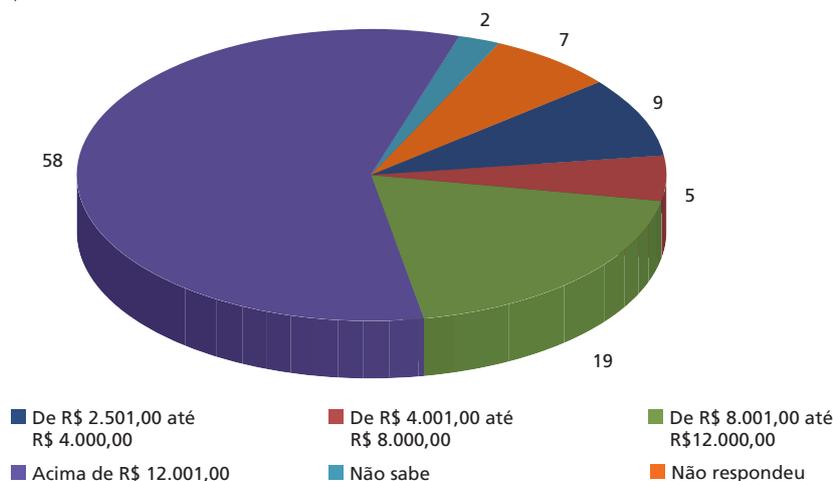
Elaboração dos autores.

Em relação à faixa etária, observa-se, no gráfico 7, que existe no CNT uma predominância de conselheiros na faixa etária entre 41 e 60 anos (53%). Dos demais, uma quantidade grande (33%) declarou possuir mais de 60 anos; 12% disseram ter entre 31 e 40 anos; e 2%, entre 21 e 30 anos.

4.1.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

A renda mensal familiar foi sistematizada por meio das faixas de renda adotadas pelo IBGE. A partir do gráfico 8, é possível verificar que a renda familiar mensal média da maioria dos conselheiros é superior à renda média das famílias brasileiras tal qual medida na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os meses de maio de 2008 e 2009 pelo IBGE. A pesquisa, que abarcou uma amostra de 60 mil domicílios urbanos e rurais, demonstra que a família brasileira tem um rendimento médio de R\$ 2.763,47 (IBGE, 2010b).

GRÁFICO 8
Conselheiros segundo a renda familiar média mensal
(Em %)

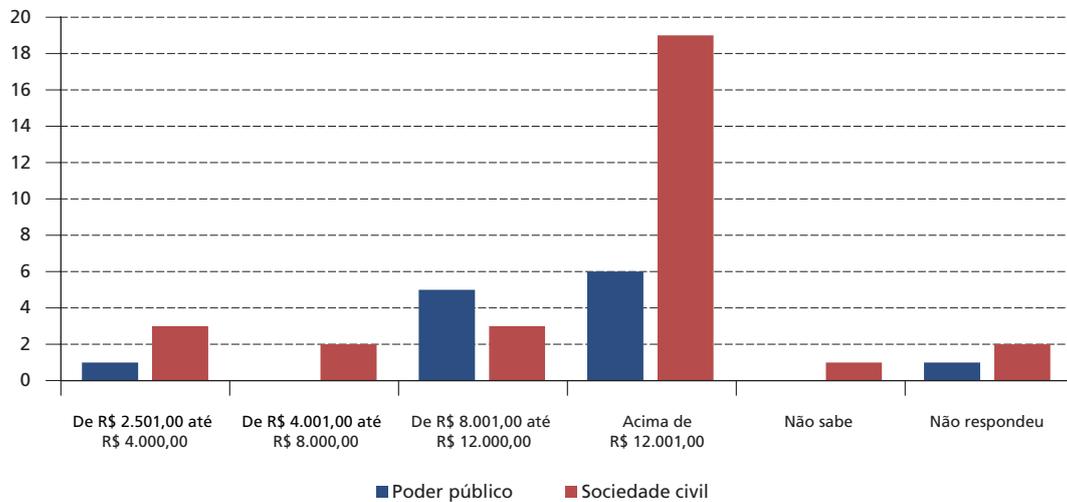


Elaboração dos autores.

No caso do CNT, 58% dos conselheiros declararam ter renda mensal média acima de R\$ 12 mil. Dos que estão abaixo deste número, 19% possuem renda entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil e 5%, entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil. Nove por cento dos conselheiros declararam ter renda mensal entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil e 7% optaram por não declarar sua renda.

Renda familiar mensal por segmento

GRÁFICO 9
Renda familiar média mensal por setor
(Em %)



Elaboração dos autores.

Analisando-se a renda média mensal por setor de representação (gráfico 9), é possível perceber que as rendas mais altas, ao contrário do que foi encontrado nos outros conselhos nacionais da pesquisa, são encontradas, sobretudo, entre os representantes da sociedade civil. Isto poderia ser explicado pela quantidade de grandes empresários do setor do turismo como conselheiros.

4.1.7 Município/Unidade da Federação (UF) de residência dos conselheiros

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo (mapa 1). Neste, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados na tabela 3.

Conforme é possível perceber, a maioria dos conselheiros do CNT residem nas áreas litorâneas das regiões Sul e Sudeste e na região Centro-Oeste, notadamente em Brasília (Distrito Federal), o que não surpreende, posto que os órgãos federais têm sede na capital federal. Entre os conselheiros que responderam ao questionário, quatro são da região Nordeste e um do Norte do país.

MAPA 1
Distribuição geográfica dos conselheiros do CNT



Fonte: dados da pesquisa.

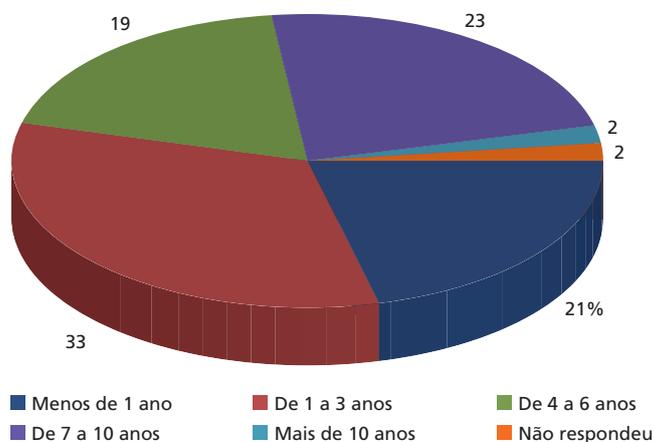
TABELA 1
Distribuição dos conselheiros por município

Município/UF de residência	Frequência
Brasília-DF	13
São Paulo-SP	10
Rio de Janeiro-RJ	4
Florianópolis-SC	2
Porto Alegre-RS	2
Guaiúba-CE	1
Recife-PE	1
Vitória-ES	1
Rio Branco-AC	1
Itapema-SC	1
Magé-RJ	1
Alegre-ES	1
Curitiba-PR	1
Salvador-BA	1
Fortaleza-CE	1
Não respondeu	2
Total	43

Fonte: dados da pesquisa.

4.1.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

GRÁFICO 10
Conselheiros segundo o tempo no conselho
 (Em %)

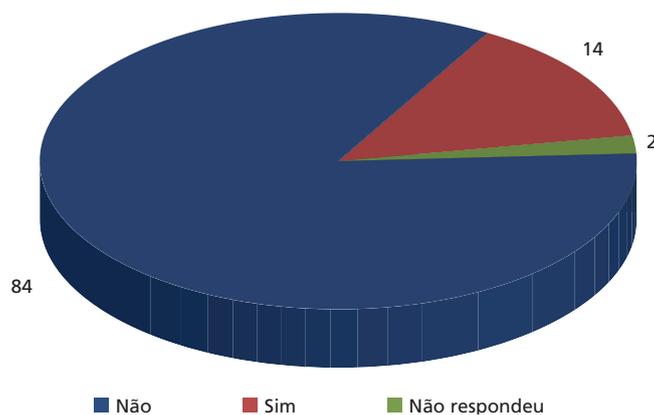


Elaboração dos autores.

Observa-se, no gráfico 10, que 33% estão no conselho entre um e três anos, 23% dos conselheiros estão no CNT entre sete e dez anos, 21% dos conselheiros indicaram integrá-lo a menos de um ano, enquanto 19% estão no conselho de quatro a seis anos. Dois por cento indicaram compor o conselho a mais de dez anos e igual quantidade não respondeu à questão.

4.1.9 Representação de outros setores dentro do conselho

GRÁFICO 11
Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
 (Em %)



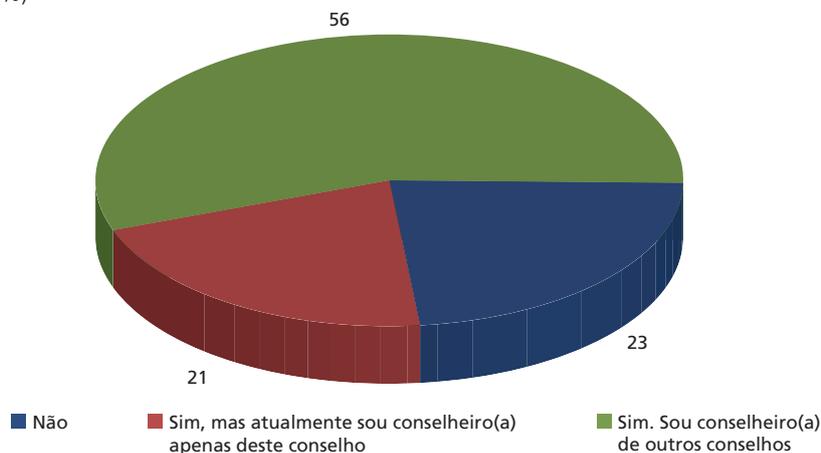
Elaboração dos autores.

O gráfico 11 mostra que apenas 14% dos conselheiros afirmaram haver representado outros setores dentro do CNT, antes da representação atual. Dos demais, 84% nunca representaram setor diverso que representam atualmente e 2% não responderam à questão.

4.1.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 12 representa as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do CNT.

GRÁFICO 12
Participação dos conselheiros em outros conselhos
(Em %)



Elaboração dos autores.

Vinte e três por cento dos conselheiros disseram não participar ou não terem participado de outros conselhos, ao passo que 77% dos conselheiros já foram ou ainda são conselheiros de outros conselhos. A tabela 2 especifica qual o tipo de conselho (nacional, estadual, municipal ou relacionados a qualquer temática) dos quais os 77% que responderam “sim” à questão anterior já participaram ou participam. Como é possível perceber a partir da tabela, a maior parte dos conselheiros participa ou participou apenas de conselhos nacionais (9), seguido por aqueles que atuam ou atuaram em conselhos estaduais (6) ou que tiveram ou têm atuação tanto a nível estadual quanto a nível municipal (6). Quatro conselheiros participam ou participaram a nível apenas municipal, três nos âmbitos nacional e estadual, três atuaram em conselhos nacional, estadual e municipal, e dois não responderam à questão.

TABELA 2
Atuação em conselhos fora do CNT

Tipo de conselho	Quantidade de conselheiros
Conselho apenas nacional	9
Conselho apenas estadual	6
Conselho apenas municipal	4
Conselhos nacional e estadual	3
Conselhos nacional e municipal	-
Conselhos estadual e municipal	6
Conselhos nacional, estadual e municipal	3
Não respondeu	2
Total	33

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 3
Resumo do perfil dos conselheiros do CNT

Gênero	81% do sexo masculino e 19% do sexo feminino
Cor/raça	81% dos conselheiros se declaram de cor branca; 12%, parda e 2%, preta
Escolaridade	9% possuem superior incompleto, 39% possuem superior completo e 52%, especialização ou pós-graduação
Religião ou culto	47% católicos, 23% não declararam e 30% divididos em: budismo, espiritismo, cristianismo, judaísmo, religião messiânica e não possui religião
Faixa etária	53% entre 41 e 60 anos, 33% com mais de 60 anos, 12% entre 31 a 40 anos e 2% entre 21 a 30 anos
Renda mensal média familiar	58% com renda acima de R\$ 12 mil, 19% entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil, 5% de R\$ 4.001,00 até R\$ 8 mil e 9% entre R\$ 2.500,00 e R\$ 4 mil
Tempo no conselho	21% a menos de um ano, 33% entre um e três anos, 19% de quatro a seis anos e 25% a mais de sete anos
Representação anterior de outros setores dentro do CNT	84% dos conselheiros nunca representaram outros setores dentro do CNT, apenas 14% já o fizeram
Participação em outros conselhos	77% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 23% responderam que não participam ou participaram de outros conselhos

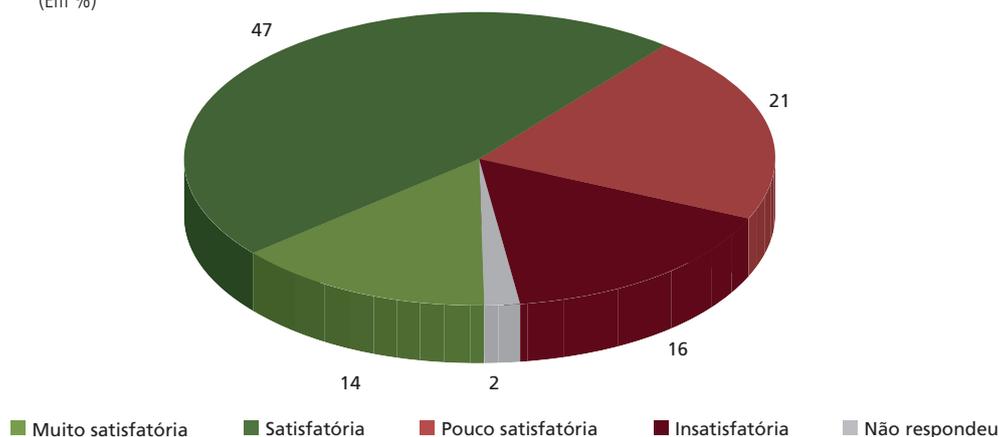
Fonte: dados da pesquisa.

4.2 Bloco 2: atuação dos conselheiros(as)

Este bloco busca captar a percepção dos conselheiros acerca da composição do conselho, da própria atuação como conselheiro, de interesses que eles entendem defender, da articulação entre setores do conselho, da interação e de formas de comunicação com a base de apoio.² Os gráficos a seguir representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: “muito satisfatória”; “satisfatória”; “pouco satisfatória”; “insatisfatória”; e “não sabe/não se aplica”.

4.2.1 Avaliação do número total de conselheiros

GRÁFICO 13
Número total de conselheiros
(Em %)



Elaboração dos autores.

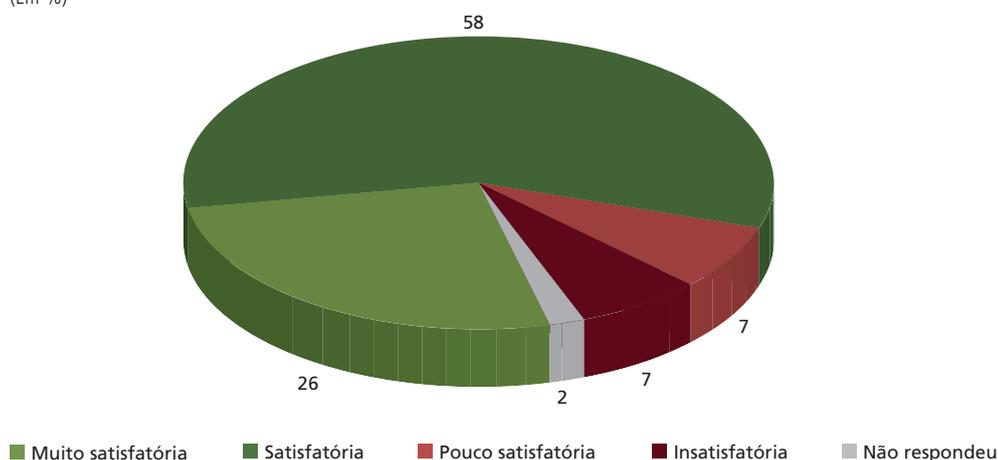
Dos conselheiros do CNT que responderam ao questionário, pouco mais da metade (61%) considera o número total de conselheiros que compõe o conselho como satisfatório

2. Considerou-se como *base de apoio* o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

ou muito satisfatório. Trinta e sete por cento consideram-no pouco satisfatório ou insatisfatório e 2% dos conselheiros não responderam.

4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 14
Diversidade dos setores representados
(Em %)

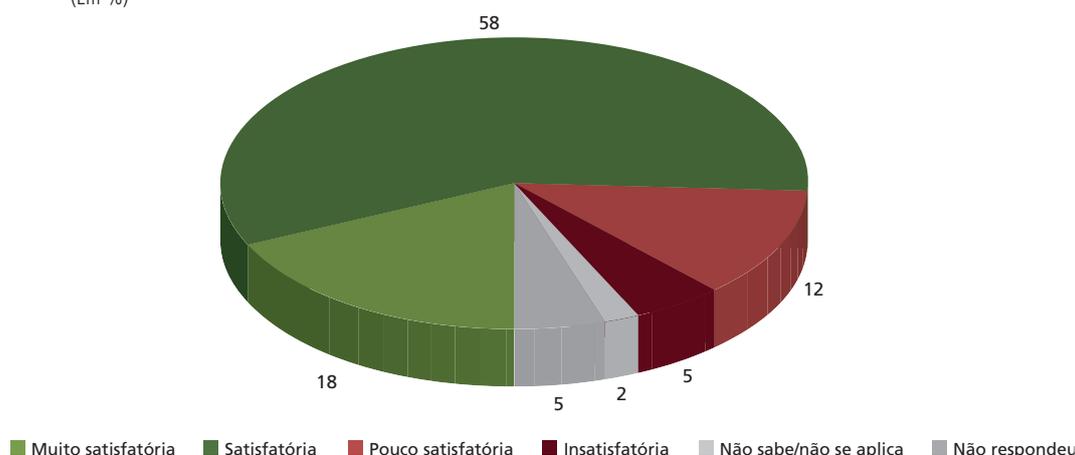


Elaboração dos autores.

Como é possível observar pelo gráfico 14, 84% dos conselheiros consideram a diversidade de setores satisfatória ou muito satisfatória. Em contrapartida, o nível de insatisfação diminuiu consideravelmente em relação à avaliação anterior: 14% dos conselheiros consideram a diversidade interna pouco satisfatória ou insatisfatória.

4.2.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

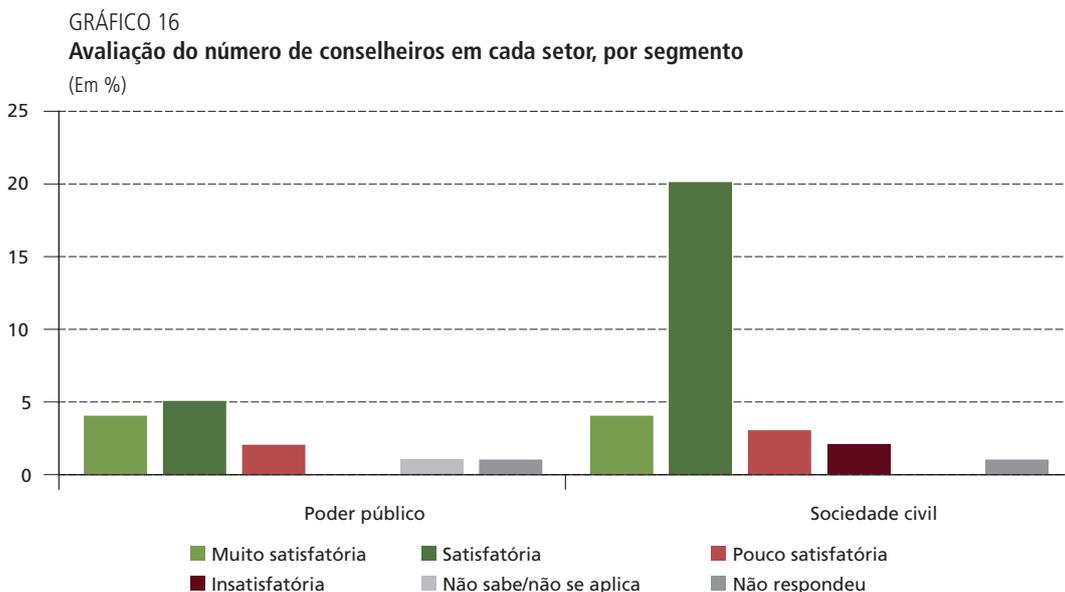
GRÁFICO 15
Número de conselheiros em cada setor
(Em %)



Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico 15, quando se pede aos conselheiros para avaliar o número de conselheiros por setor, percebe-se que 76% dos conselheiros consideram satisfatório ou

muito satisfatório o número de conselheiros por setor, 17% avaliam-no como pouco satisfatório ou insatisfatório e 7% não responderam ou não sabiam.



Elaboração dos autores.

O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada dessa questão, ao mostrar as respostas por segmento. Como é possível perceber, ambos os setores mostram-se de forma geral satisfeitos com o número de conselheiros por setor, entre os 22 integrantes do poder público e os 30 da sociedade civil que responderam à essa questão.

4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho



Elaboração dos autores.

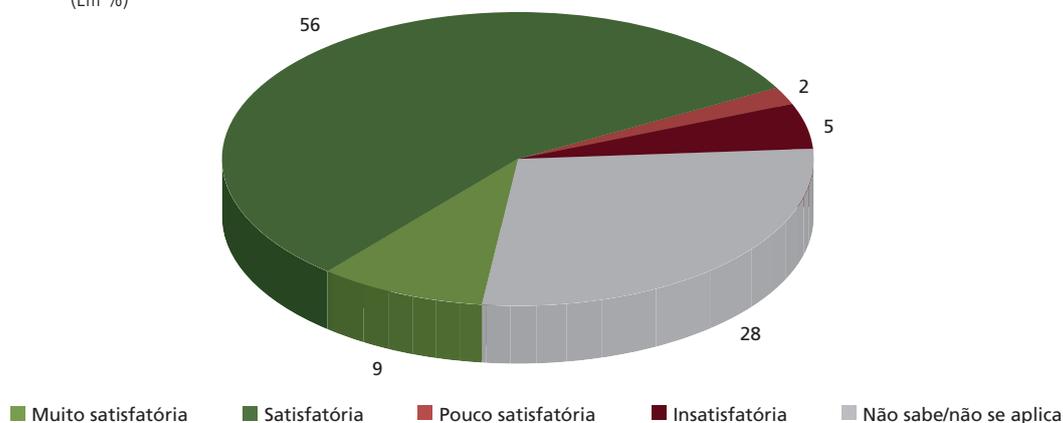
Em relação a esse aspecto, 56% dos conselheiros avaliam a forma de escolha das entidades dentro do conselho como “satisfatória” ou “muito satisfatória”, ao passo que 39% se dizem insatisfeitos ou pouco satisfeitos com este aspecto.

4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

GRÁFICO 18

Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

(Em %)

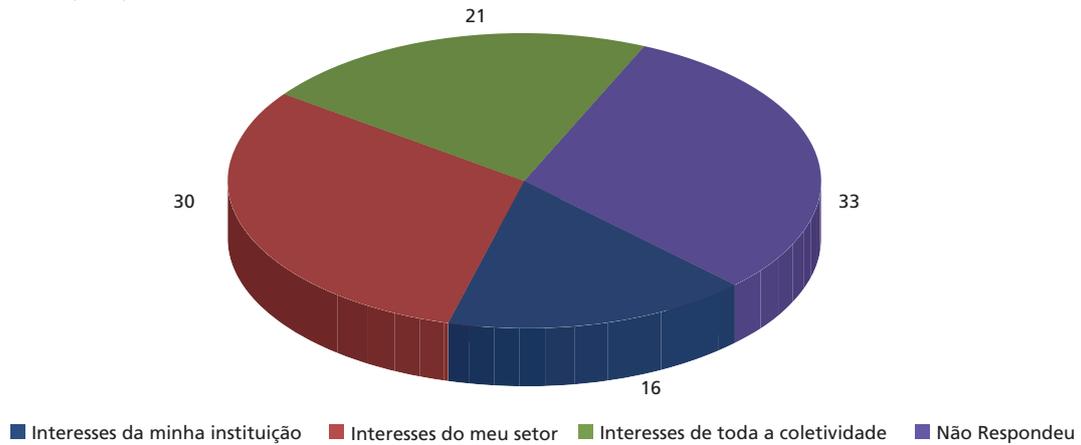


As opções “muito satisfatória” ou “satisfatória” somam 65% do total de conselheiros, o que indica que boa parte dos que responderam a esta questão avalia a forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades de maneira positiva. Sete por cento consideram-na pouco satisfatória ou insatisfatória, ao passo que 28% dos conselheiros marcaram a opção “não sabe/não se aplica”, o que poderia significar que nem todos os conselheiros conhecem como funcionam estes mecanismos de escolha para as entidades do conselho.

4.2.6 Interesses prioritários

Ao serem questionados sobre quais interesses os mesmos defenderiam, foi solicitado que o conselheiro marcasse uma das seguintes opções: “nenhum interesse específico, siga apenas as minhas convicções pessoais”; “interesses da minha instituição”; “interesses do meu setor”; “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; e “interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro. Consideraram-se, para fins de sistematização, apenas as respostas marcadas como primeira opção de prioridade e foram desconsiderados os casos que tiveram mais de uma resposta para cada prioridade.

GRÁFICO 19
Interesses prioritários (primeira opção)
 (Em %)



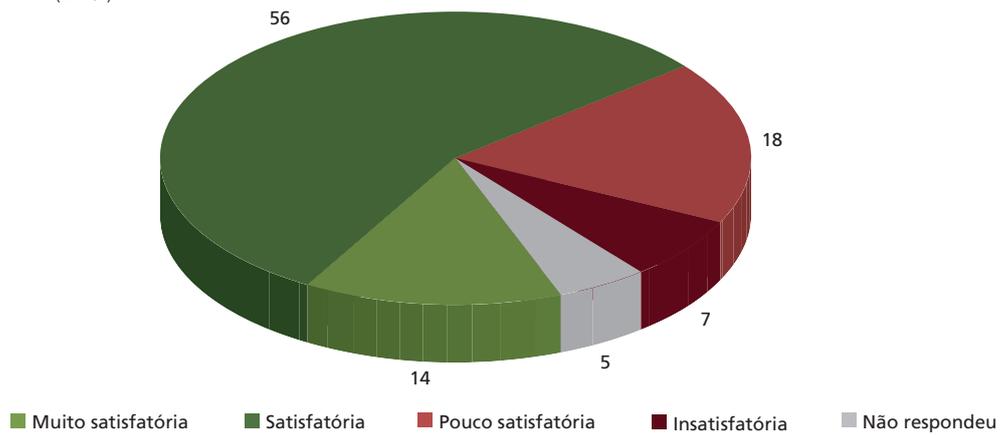
Elaboração dos autores.

Conforme é possível verificar no gráfico 19, os interesses considerados prioritários pelos conselheiros são os interesses de seus respectivos setores (30%), e em seguida, os interesses de toda a coletividade; por último, apontaram-se os interesses de suas instituições (16%). Houve 33% de não respostas.

4.2.7 Avaliação do grau de articulação com os setores que compõem o conselho

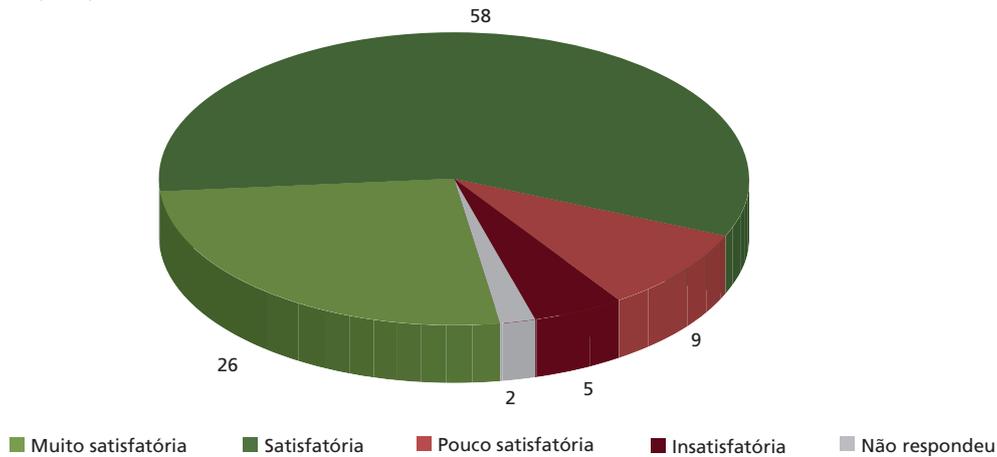
Os gráficos 20 e 21 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o conselho.

GRÁFICO 20
Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com o poder público
 (Em %)



Elaboração dos autores.

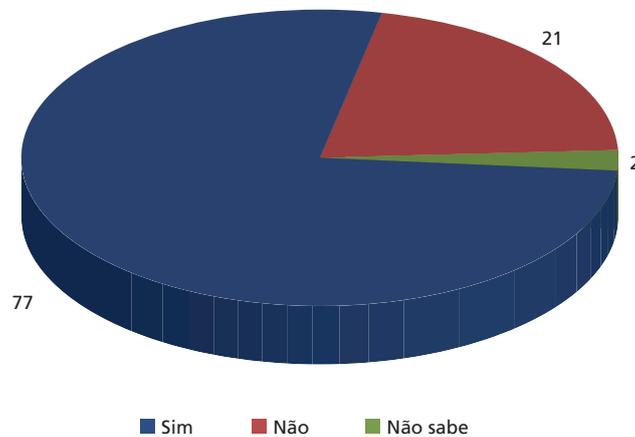
GRÁFICO 21
Avaliação do grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
 (Em %)



É possível verificar que a maior parte dos conselheiros encontra-se satisfeita ou muito satisfeita com o grau de articulação tanto com o poder público quanto com a sociedade civil. De todo modo, nota-se que existe uma insatisfação maior no que se refere à articulação com o poder público comparada à da sociedade civil.

4.2.8 Existência de base de apoio

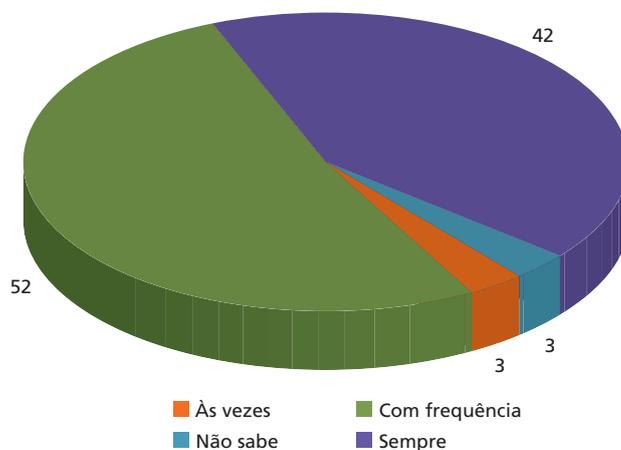
GRÁFICO 22
Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
 (Em %)



Na resposta à questão “no exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?”, 77% dos conselheiros afirmam possuir base de apoio – ou seja, 33 conselheiros do total de 43 respondentes. Dos demais, 21% afirmaram não possuir base de apoio (nove conselheiros).

4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 23
Frequência de contato com a base de apoio
 (Em %)



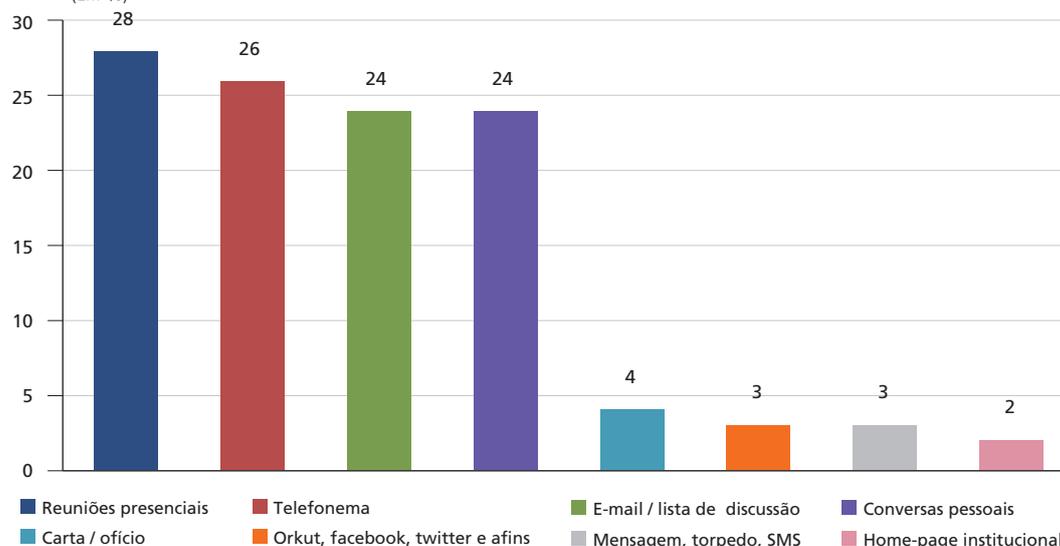
Elaboração dos autores.

Entre os conselheiros do CNT que afirmam possuir base de apoio, quase todos responderam manter contato com ela com frequência (52%) ou sempre (42%). Dos demais, 3% mantêm contato às vezes e 3% não responderam.

4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

Entre os conselheiros que declararam possuir base de apoio, as principais formas de contato que estes utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 24 (por número de respostas). É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 24
Principais formas de contato com a base de apoio
 (Em %)



Elaboração dos autores.

Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são as reuniões presenciais (28), os telefonemas (26), as listas e trocas de *e-mail* (23) e as conversas pessoais (23). A utilização de cartas e ofícios é apontada por quatro conselheiros como forma de contato com as bases, enquanto as novas formas de relacionamento digital, como Orkut e Facebook, e o uso de mensagens telefônicas são citados, cada um deles, por apenas quatro conselheiros como ferramentas de interação com as bases. A *homepage* institucional foi citada por dois conselheiros como forma de contato.

4.2.11 Frequência de consulta à base de apoio

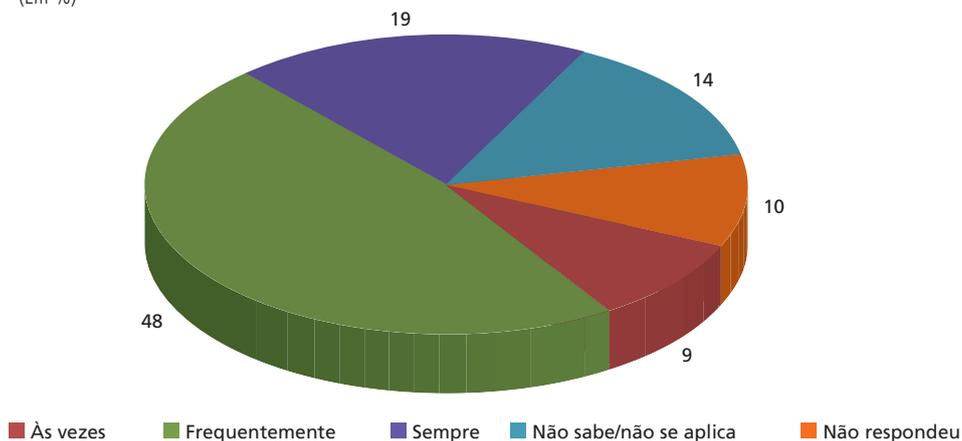
Analisa-se-á, então, frequência de consulta à base de apoio para diferentes finalidades. É importante ter em mente que as respostas se referem ao conjunto daqueles conselheiros (77%) que declararam possuir base de apoio.

Para definir/sustentar posicionamento no conselho

GRÁFICO 25

Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento

(Em %)



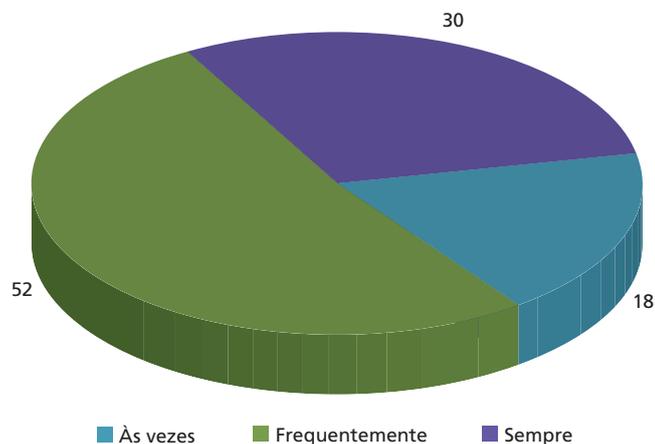
Elaboração dos autores.

Para relatar debates/deliberações do conselho

GRÁFICO 26

Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho

(Em %)



Elaboração dos autores.

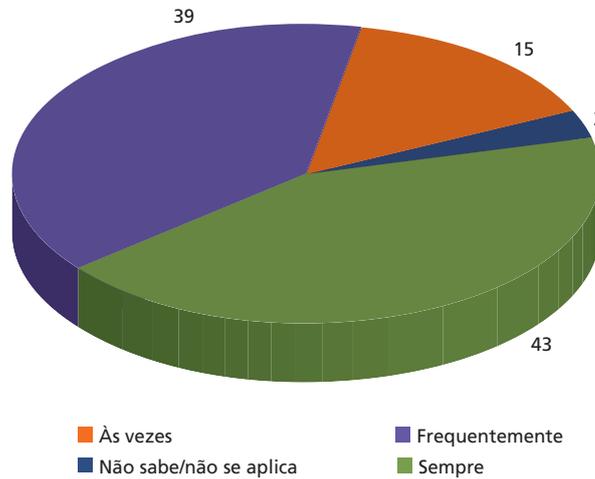
A comunicação com as bases para relatar as atividades ocorridas no conselho é feita, segundo os conselheiros, de maneira frequente ou sempre em cerca de 80% das respostas.

Para prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 27

Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação do conselho

(Em %)



Elaboração dos autores.

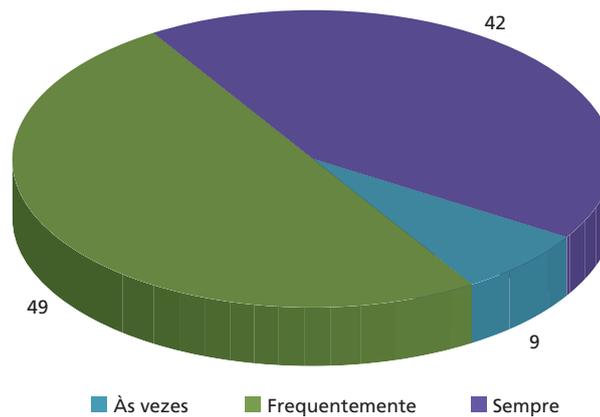
Observa-se que a proporção de pessoas que afirma consultar a base “frequentemente” ou “sempre” fica em 82% no que se refere à consulta para prestação de contas.

Para construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 28

Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações

(Em %)



Elaboração dos autores.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, o número elevado de conselheiros que disseram fazê-lo frequentemente ou sempre se mantém elevado (91%). Todos os conselheiros que afirmaram possuir base de apoio não marcaram as opções “não sabe/não se aplica” ou “raramente”.

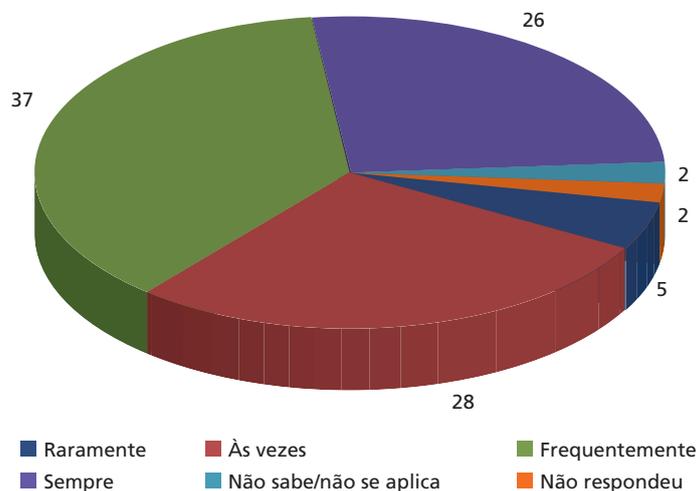
4.3 Bloco 3: funcionamento do conselho

4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do CNT corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 29

Frequência de correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor

(Em %)



Elaboração dos autores.

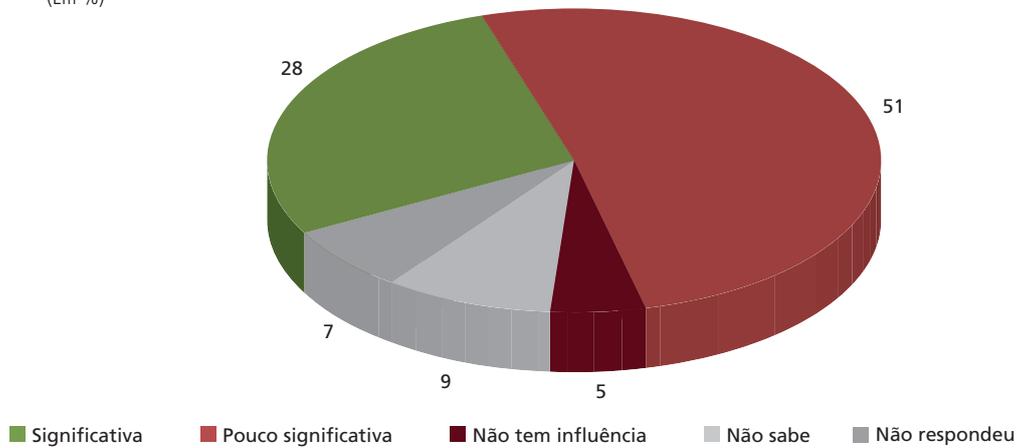
O gráfico 29 mostra um conjunto de respostas bastante variado no que se refere à frequência com que a atuação dos conselheiros corresponde aos interesses de seus respectivos setores. Vinte e seis por cento dos conselheiros indicaram que a correspondência ocorre sempre, enquanto 37% disseram que ela ocorre frequentemente. Vinte e oito por cento dos conselheiros afirmaram que esta correspondência ocorre às vezes e apenas 5% disseram que raramente a atuação dos conselheiros corresponde aos interesses dos setores representados por eles. Dois por cento responderam “não sabe/não se aplica” e 2% optaram por não responder.

4.3.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Nesta questão, o objetivo é verificar a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o CNT poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e de implementação de políticas públicas.

Influência do conselho na agenda do CN

GRÁFICO 30
Influência na agenda do Congresso Nacional
 (Em %)

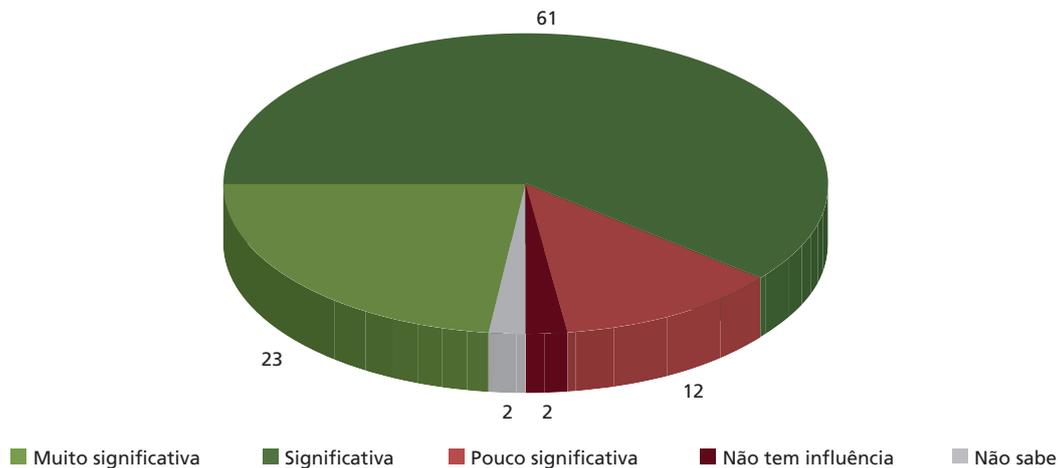


Elaboração dos autores.

Pouco mais de 50% dos conselheiros consideram a influência do CNT sobre a agenda do CN pouco significativa ou sem influência. Entre os que consideram haver alguma influência, 28% acreditam que esta é significativa. Nenhum conselheiro marcou haver influência muito significativa. Dezesesseis por cento dos conselheiros não responderam ou não sabiam.

Influência do conselho nas políticas públicas do MTur

GRÁFICO 31
Influência da atuação do conselho nas políticas públicas do Ministério do Turismo
 (Em %)



Elaboração dos autores.

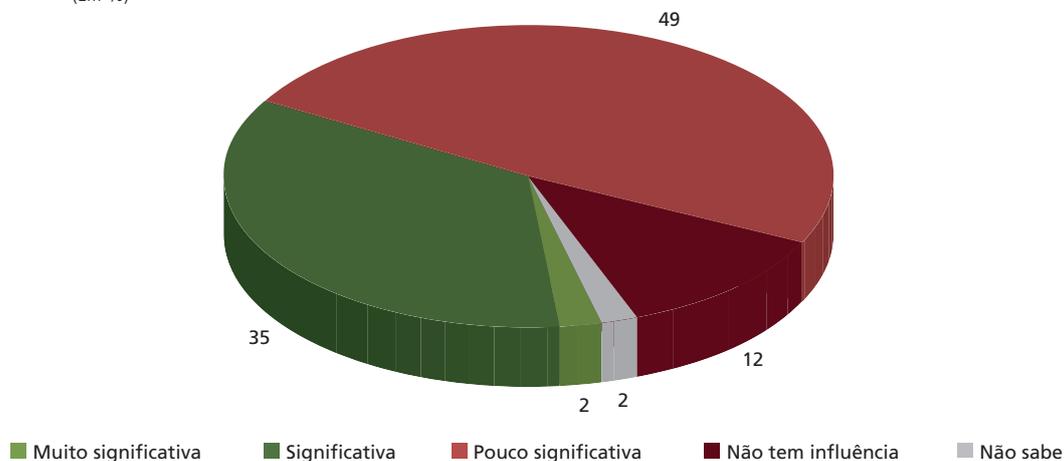
No que se refere à influência sobre as políticas do MTur, órgão ao qual o conselho é vinculado, a avaliação mostra-se diferente da anterior: 84% dos conselheiros acreditam que esta é significativa (61%) ou muito significativa (23%). Apenas 14% dos conselheiros disseram que a influência seria pouco significativa (12%) ou nula (2%). Dois por cento disseram não saber.

Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

GRÁFICO 32

Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

(Em %)



Elaboração dos autores.

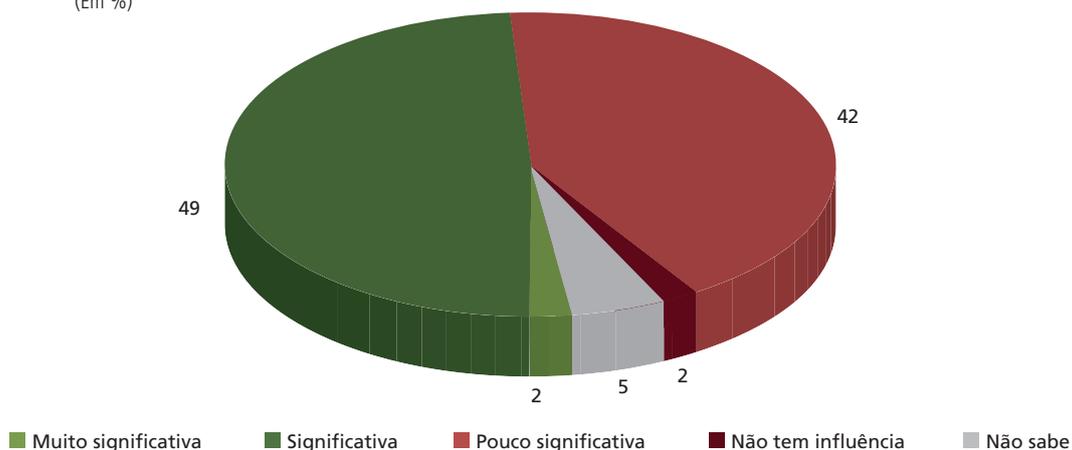
Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais o conselho está articulado, percebe-se que 37% dos conselheiros acreditam haver uma influência significativa ou muito significativa. Quarenta e nove por cento dos conselheiros acham que o impacto do CNT sobre as políticas de outros ministérios é pouco significativo e 12% acham que não há influência. Dois por cento dos conselheiros marcaram a opção “não sabe”.

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 33

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

(Em %)



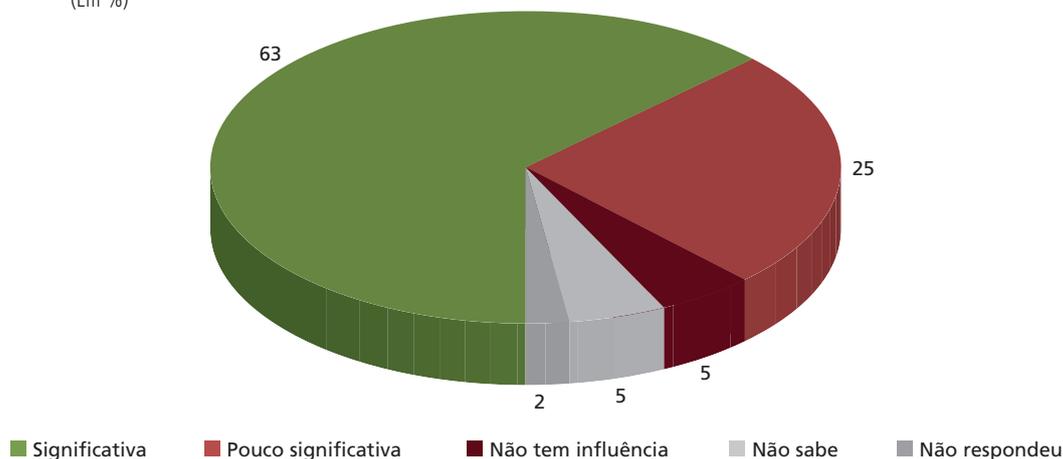
Elaboração dos autores.

Quanto à influência do conselho sobre as ações da sociedade civil, a avaliação dos conselheiros é bastante equilibrada: 49% acreditam que a influência é significativa e 2%

acham que é muito significativa, enquanto 42% acreditam que ela seja pouco significativa e 2% marcaram não haver influência. Cinco por cento dos conselheiros não souberam avaliar esta questão.

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 34
Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
(Em %)

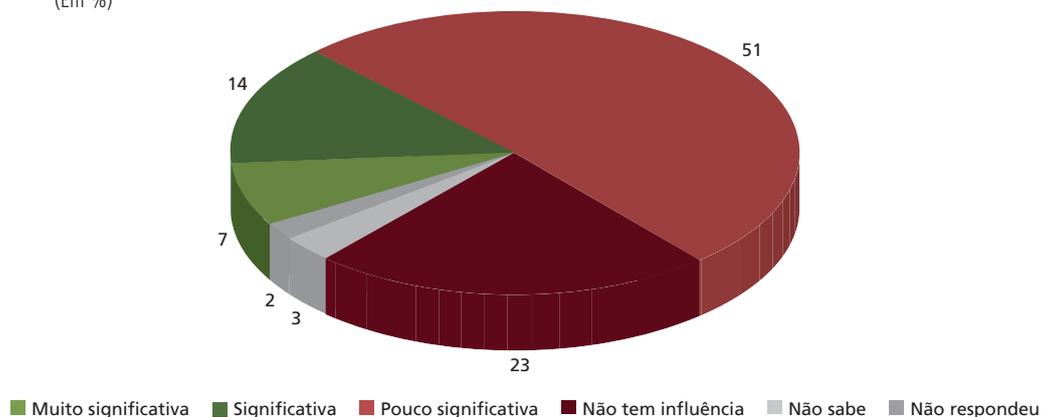


Elaboração dos autores.

Quando se aborda a influência sobre o setor privado, prevalecem avaliações positivas: 63% consideram a influência do CNT sobre entidades privadas significativa. No entanto, 25% afirmam que esta é pouco significativa e 5% a consideram nula. Cinco por cento afirmaram não saber e 2% dos conselheiros optaram por não responder à questão.

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 35
Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
(Em %)



Elaboração dos autores.

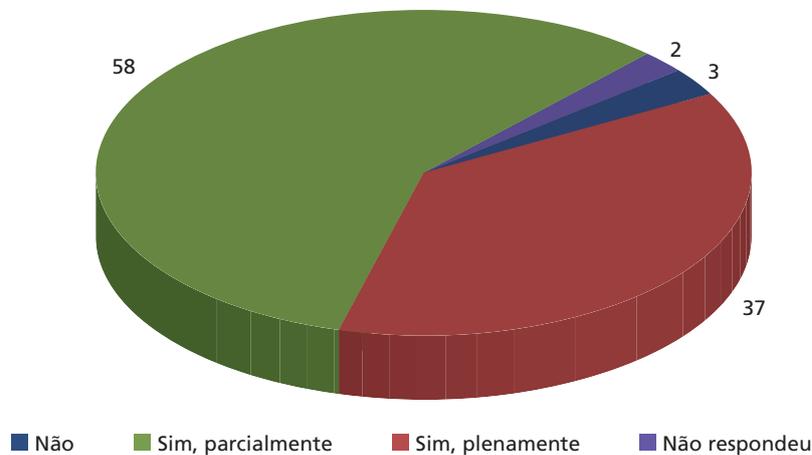
Por fim, quanto à influência do CNT sobre a opinião pública com relação à temática do turismo, percebe-se que a maior parte dos conselheiros que respondeu à questão considera

este impacto pouco significativo: 51% dos conselheiros avaliam-na como pouco significativa e 23% como sem influência. Uma possível explicação para esta avaliação pode ser a insatisfação – como será visto mais adiante – com os meios de divulgação e comunicação do conselho. Vinte e três por cento ainda a consideram significativa ou muito significativa, 3% afirmaram não saber e 2% não responderam.

4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se desta forma: “em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?”. Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a esta pergunta, havia as opções: “não”; “sim, parcialmente” e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 36
Compreensão dos assuntos tratados no conselho
(Em %)



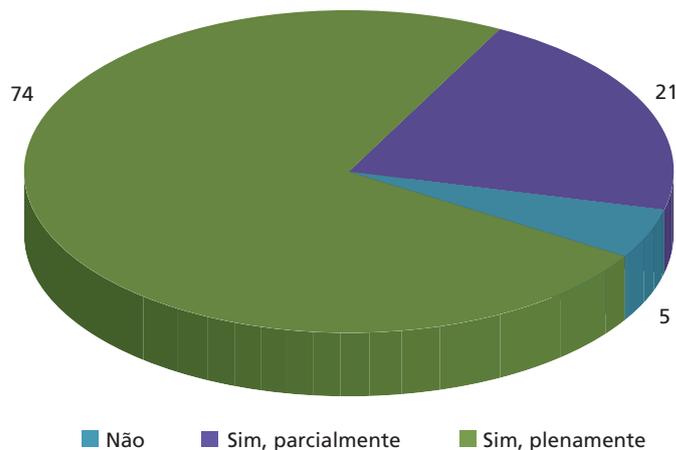
Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico 36 ilustra, a maioria dos conselheiros (58%) acredita que os conselheiros compreendem apenas parcialmente os assuntos tratados no conselho. Trinta e sete por cento disseram que a compreensão é plena, 3% disseram que os assuntos não são compreendidos e 2% não responderam.

4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Neste item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também foram: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 37
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
 (Em %)



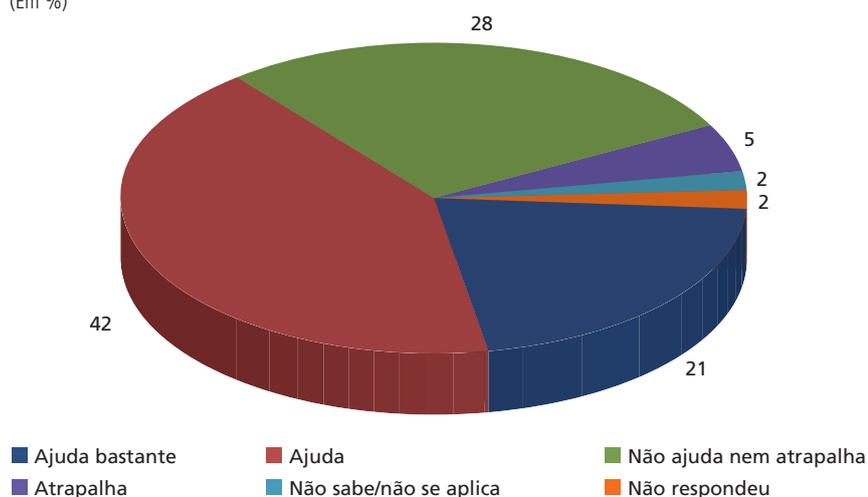
Elaboração dos autores.

Para essa questão, o resultado difere do item sobre a compreensão dos assuntos tratados. A proporção de conselheiros que acreditam que a linguagem utilizada é compreendida plenamente é maior (74%), enquanto a proporção daqueles que acreditam que esta compreensão só ocorre parcialmente diminuiu bastante (21%). Somente 5% dos conselheiros acreditam que a linguagem não é bem compreendida.

4.3.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

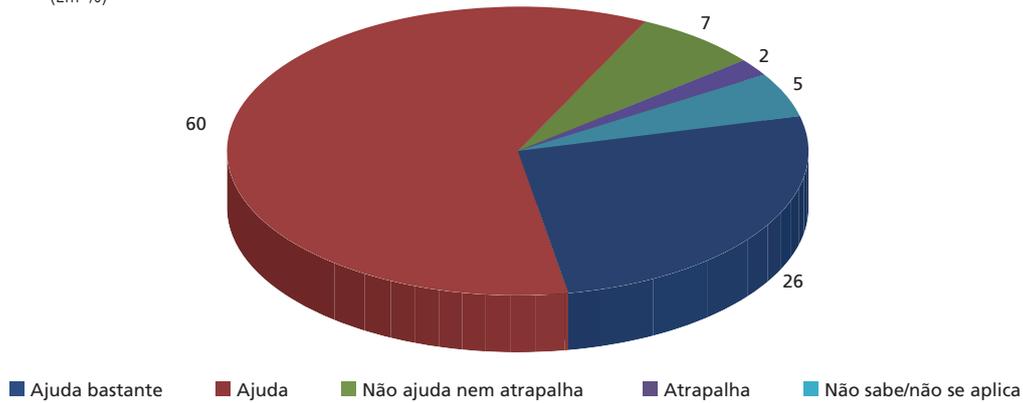
Neste item, pediu-se aos conselheiros para avaliar a atuação, dentro do conselho, dos setores que o compõem.

GRÁFICO 38
Atuação do poder público
 (Em %)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 39
Atuação da sociedade civil
(Em %)



Elaboração dos autores.

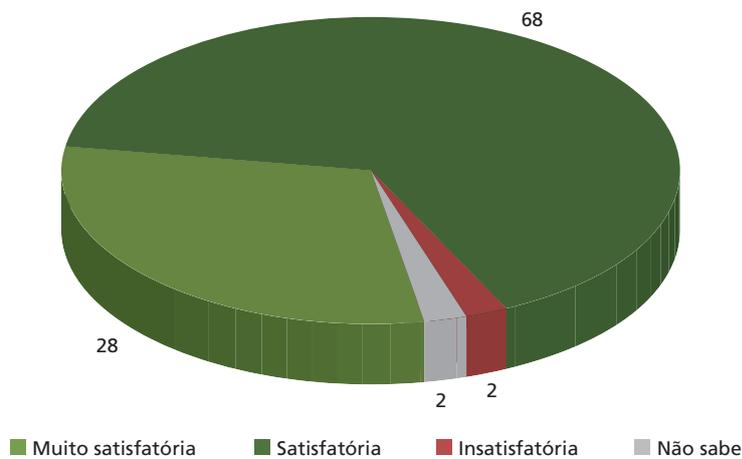
Como mostram os gráficos 38 e 39, a percepção da atuação da sociedade civil é, sobretudo, positiva – 86% acreditam que a participação deste setor ajuda ou ajuda bastante, ao passo que 7% acreditam que ela não ajuda e nem atrapalha. No que se refere ao poder público, a avaliação é mais equilibrada, mas ainda predominantemente positiva: 63% dos conselheiros acreditam que o poder público ajuda ou ajuda bastante e 28% acham que este não ajuda nem atrapalha.

4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Avalia-se-á, então, o nível de satisfação dos conselheiros em relação às estruturas administrativas e organizacionais do CNT.

Avaliação da Secretaria Executiva

GRÁFICO 40
Secretaria Executiva do CNT
(Em %)

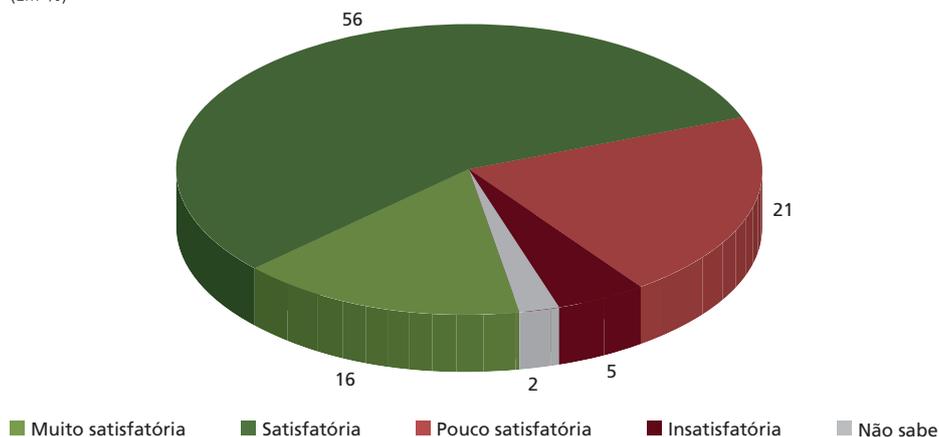


Elaboração dos autores.

No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva do CNT, praticamente todos os conselheiros (96%) acreditam que o apoio técnico-administrativo e os demais serviços realizados são muito satisfatórios (28%) ou satisfatórios (68%).

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, *website*, publicações)

GRÁFICO 41
Meios de divulgação e comunicação
(Em %)

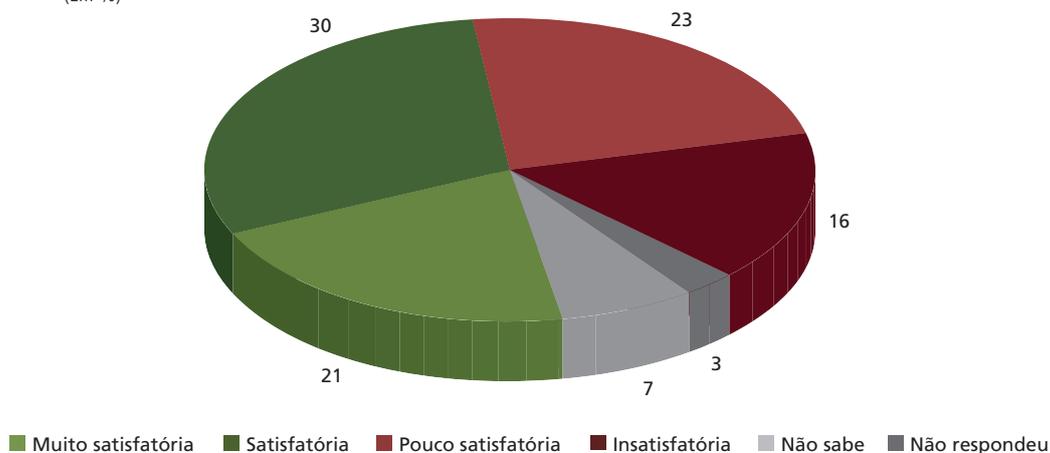


Elaboração dos autores.

Quanto aos meios de divulgação e comunicação do CNT, a avaliação é predominantemente positiva: 72% acreditam ser muito satisfatória ou satisfatória. Vinte e oito por cento dos conselheiros, por seu turno, acreditam que os meios de divulgação são pouco satisfatórios ou insatisfatórios. Dois por cento afirmam não saber.

Avaliação das comissões temáticas

GRÁFICO 42
Comissões temáticas
(Em %)

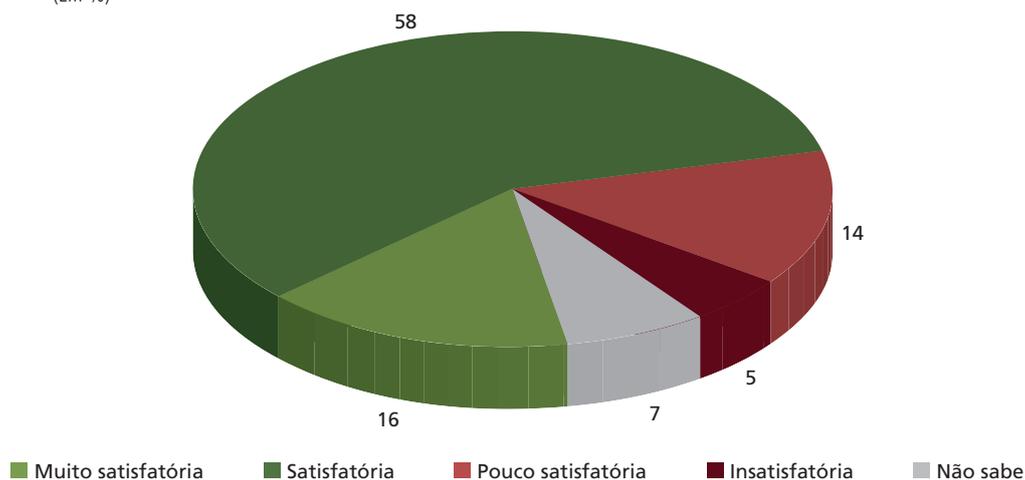


Elaboração dos autores.

As comissões temáticas são avaliadas de forma relativamente equilibrada entre os conselheiros: metade considera muito satisfatória (21%) ou satisfatória (30%) e a outra metade se divide entre os que as consideram pouco satisfatórias (23%), insatisfatórias (16%), os que não souberam avaliar (7%) e os que não responderam (3%).

Avaliação da Presidência do CNT

GRÁFICO 43
Presidência do CNT
(Em %)

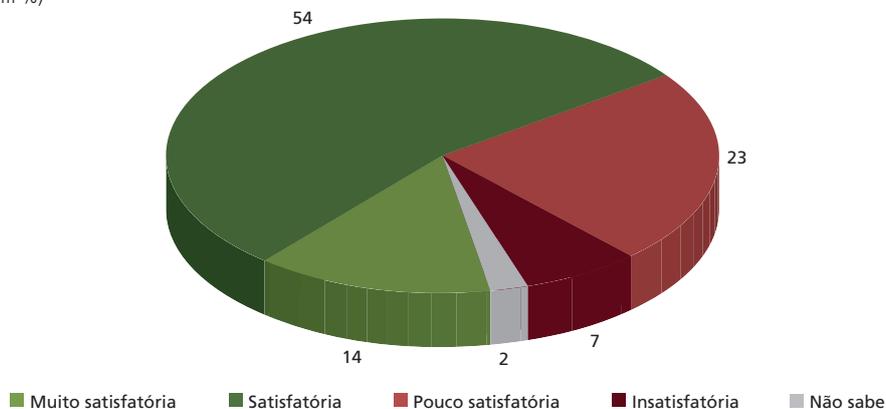


Elaboração dos autores.

No que se refere à Presidência do CNT, o gráfico 43 mostra uma avaliação positiva de sua atuação, sendo que 58% dos conselheiros avaliam-na como muito satisfatória e 16%, como satisfatória. Apenas 14% dos conselheiros consideram-na pouco satisfatória e 5%, insatisfatória. Sete por cento dos conselheiros não sabem avaliar.

Avaliação da plenária do CNT

GRÁFICO 44
Plenárias
(Em %)



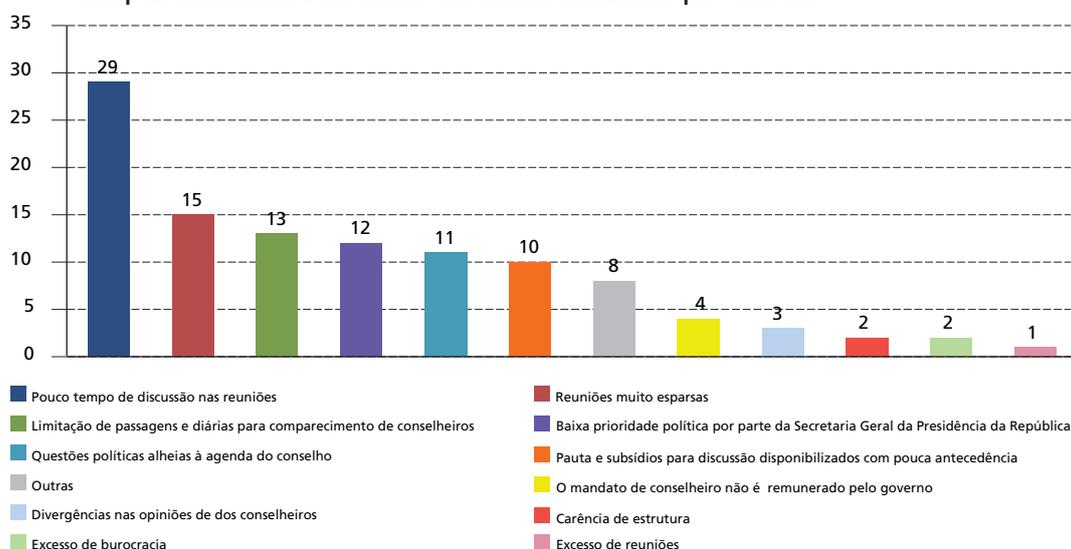
Elaboração dos autores.

Por fim, coube avaliar o andamento das plenárias do CNT. Neste caso, a avaliação positiva se mantém, com 68% dos conselheiros afirmando que elas são satisfatórias ou muito satisfatórias. Vinte e três por cento dos conselheiros disseram, no entanto, que as plenárias são pouco satisfatórias e 7%, insatisfatórias. Dois por cento não souberam responder.

4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

GRÁFICO 45

Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho



Elaboração dos autores.

Foi pedido aos conselheiros para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam serem as principais no que se refere ao processo decisório do CNT. O gráfico 45 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria. É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos conselheiros são o pouco tempo de discussão nas reuniões (29) – o que limitaria a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais completa –, o fato de as reuniões serem esparsas (15), a limitação de passagens e diárias para comparecimento dos conselheiros (13), o excesso de discussão sobre questões políticas alheias à agenda do conselho (11), e a pauta e os subsídios para as reuniões serem disponibilizados com pouca antecedência (10) – algo que impediria uma preparação maior dos conselheiros para os encontros, também podendo indicar que certas questões não encontram espaço para serem debatidas no conselho.

As respostas que foram selecionadas por cinco ou menos conselheiros incluem: o mandato de conselheiro não ser remunerado pelo governo (4); divergências de opinião entre os conselheiros (3); carência de estrutura (2); excesso de burocracia (2); e, por último, apenas um conselheiro indicou excesso de reuniões. Por fim, dos oito conselheiros que optaram por apontar outras dificuldades, ao especificarem suas respostas, estas incluíram:

- a grande quantidade de entidades e conselheiros participantes (3);
- reuniões longas, improdutivas e carentes de metodologia que permitam encaminhamento de proposições e cobrança de resultados (3);

- o conselho não ser deliberativo (2);
- a defesa de interesses setoriais (1);
- a falta de ajuda de custo para os conselheiros virem às reuniões (1); e
- a falta de articulação do turismo com outras políticas sociais (1).

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas, de livre resposta, no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto ao tipo de ações que poderiam ser implementadas para a melhoria da atuação do CNT. Um número considerável de conselheiros respondeu às questões: quase 77% responderam à questão 27 e mais de 81% responderam à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboraram-se categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes do CNT

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes do conselho, resultou nas categorias listadas na tabela 3.

TABELA 3
Pontos fortes do CNT

	Pontos fortes	Número de respostas
1	Ampla diálogo entre setores envolvidos para o desenvolvimento do turismo	16
2	Capacidade de influenciar políticas públicas	5
3	Fortalecimento da democracia	4
4	Representatividade/diversidade	4
5	A própria existência do conselho	3
6	Fortalecimento do setor	3
7	Atuação da Secretaria Executiva do CNT	3
8	Atuação pela implementação do PNT	2
9	Atuação das câmaras temáticas	1

Fonte: dados da pesquisa.

Como é possível perceber a partir da tabela 3, o aspecto mais mencionado como ponto forte do conselho foi o amplo diálogo entre setores envolvidos para o desenvolvimento do turismo – aspecto apontado 16 vezes. Elogiam-se, neste caso, a troca de experiências entre atores de diversos segmentos envolvidos no desenvolvimento do setor do turismo, a busca de consenso e a oportunidade de interação entre diversos setores da sociedade civil com o governo, bem como com representantes da indústria do turismo. O compartilhamento de problemas e a busca de soluções possíveis de forma conjunta e participativa, segundo os conselheiros, ajudam a vencer obstáculos e tornar o setor mais forte. Por último, inclui-se nesta categoria a articulação que o conselho propicia entre os diversos setores, transformando-o em espaço democrático.

Também foi apontada como ponto forte a capacidade de influências nas políticas públicas de turismo; quanto a este aspecto, os conselheiros se referiram à oportunidade de encaminhamento de demandas do setor, à definição das políticas que devem ser aplicadas pelo governo, a identificar deficiências e a discutir soluções. Nesta categoria, também se encaixa o monitoramento das políticas e dos programas relacionados à área de turismo.

O fortalecimento da democracia e a diversidade/pluralidade decorrente do trabalho do conselho foram citados por quatro conselheiros cada, referindo-se à possibilidade de expressão que é dada a todos os segmentos representados, à diversidade de entidades de classe presentes no conselho e ao aumento da participação na política de turismo.

Três conselheiros apontaram que a própria existência do conselho é um ponto positivo, contribuído para o fortalecimento do setor junto aos demais órgãos do poder público e junto à iniciativa privada, além de se constituir em um local de debate de diversos setores. A mesma quantidade indicou que o fortalecimento do setor em decorrência constitui um ponto forte, colocando na agenda política a questão do desenvolvimento do turismo.

Por fim, foram mencionadas por três vezes a organização da Secretaria Executiva do CTN, a atuação pela construção e a execução do PNT, e mencionados uma vez cada a atuação das câmaras técnicas, a igualdade de condições para os representantes nas reuniões e o fato de haver conselheiros da sociedade civil atuando de forma voluntária.

5.2 Sugestões de melhoria à atuação do CNT

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a esta questão foram agrupadas nas categorias listadas na tabela 4.

TABELA 4
Sugestões de melhorias na atuação do CNT

Sugestões de melhoria	Número de respostas
Aperfeiçoamento das reuniões	15
Modificações nas regras de composição do conselho	7
Tornar o conselho deliberativo	7
Ajuda de custo para participação em reuniões plenárias e de grupos temáticos	7
Potencializar articulação com órgãos dos três poderes	5
Fortalecer grupos temáticos	5
Aperfeiçoar o trabalho administrativo	3
Investir em meios de comunicação e divulgação	3
Maior interação entre os conselheiros	3
Criar conferência ou similar	1
Maior estrutura e orçamento para divulgar o potencial brasileiro para o turismo	1

Fonte: dados da pesquisa.

Aspectos relacionados ao aperfeiçoamento das reuniões foram os mais mencionados entre as sugestões dadas pelos conselheiros (15 menções). Entre eles, se destacam a definição de um calendário de reuniões com divulgação aos conselheiros no início do ano – possibilitando a organização da agenda destes –, maior antecedência no envio da pauta, ampliação

do tempo das reuniões de trabalho e reestruturação da dinâmica de condução das reuniões, definindo antecipadamente e com a participação dos conselheiros os assuntos que serão priorizados. Foram sugeridos ainda a definição de critérios para participação nas reuniões, o estabelecimento de regras que limitem o número de intervenções e possibilitem discussões amplas das matérias em pauta, maior rigor no controle do tempo durante as reuniões, o estabelecimento de critérios claros para inclusão de novos temas na pauta, reuniões organizadas de forma a manter a presença de todos os conselheiros e a distribuição de material feita somente ao término da reunião para não dispersar a atenção dos conselheiros. Houve uma sugestão de adotar reuniões itinerantes.

Em seguida, três sugestões foram mencionadas pelos conselheiros por sete vezes cada: a primeira é a modificação nas regras de composição do conselho – ou seja, alguns respondentes consideram elevada a quantidade de entidades e órgãos públicos no conselho, o que, segundo eles, pode dificultar a eficácia das ações e das decisões do colegiado. Questionam também a representatividade dos conselheiros atuais, consideram que é necessário renovar os mandatos. Ressalta-se que o CNT tem peculiaridades em relação a outros conselhos de políticas; os representantes são os dirigentes das entidades, pelo tempo em que ocuparem seus cargos. Há ainda sugestões de estabelecer critérios consistentes, de base técnica e meritória para entrada de novos membros, e, novamente, diminuir o número de conselheiros.

Os conselheiros apontaram a necessidade de tornar o conselho deliberativo, além de consultivo, o que, para os conselheiros, fortalece o conselho e favorece o encaminhamento de suas decisões. O terceiro tópico citado diz respeito à ajuda de custo para participação em reuniões plenárias e grupos temáticos, especificamente para conselheiros que não residem em Brasília. Alguns conselheiros acham que o MTur deve fornecer passagem, hospedagem e diárias, como acontece em outros conselhos – em especial, para os representantes da sociedade civil de instituições que não podem arcar com as despesas; no CNT, as entidades são inteiramente responsáveis pelas despesas de seus conselheiros para a participação nas atividades do conselho. A demanda parece ser por um tratamento que resguarde a equidade entre as entidades do conselho e garanta uma participação ativa por parte das entidades que possuem menor poder aquisitivo. Foi proposta também a possibilidade de pensar alguma forma de remuneração ou de parcerias para baratear passagens e hospedagens para a reunião plenária e para outras, como as reuniões de grupos temáticos.

Potencializar a articulação com órgãos públicos dos três poderes foi uma sugestão dada por três conselheiros. Nesta categoria de resposta, pode-se incluir uma maior interação com o CN, a comunicação com outros ministérios para integrar as políticas que afetam o turismo e o desenvolvimento de uma rede que facilite as discussões e qualifique os debates nas câmaras técnicas. Também com cinco apontamentos há a questão do fortalecimento dos grupos temáticos que compõem o CNT. Neste sentido, os conselheiros sugerem intensificar a atuação das câmaras temáticas, assegurando a participação mais ativa de número maior

de representantes, e criar regras que tornem as câmaras temáticas mais produtivas e comprometidas. Ademais, os conselheiros consideram as câmaras um local onde as discussões podem ser aprofundadas com a atenção necessária e, por último, sugerem também maior divulgação do trabalho das comissões.

Também foram sugeridas, com três menções cada: medidas de aperfeiçoamento do trabalho administrativo do conselho, bem como dos meios de comunicação e divulgação, e maior interação entre os conselheiros. Dois conselheiros sugeriram a criação de conferências ou similar e realização de eventos como seminários, oficinas etc.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros, foi possível traçar o perfil desses representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do conselho e influência do conselho nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar o conselho na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação do CNT com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.³

Parece importante ressaltar o que foi considerado como positivo pela maioria dos conselheiros e que pode servir como exemplos de boas práticas, tanto para os conselhos estaduais e municipais vinculados à temática, como para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Trata-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Alguns aspectos que merecem destaque no que se refere às avaliações positivas por parte dos conselheiros são: o número de conselheiros em cada setor, bem como a diversidade de setores representados no CNT; a influência do conselho nas políticas públicas do MTur; e a influência do conselho sobre o setor privado vinculado à atividade de turismo. Cabe ainda mencionar a avaliação positiva dos conselheiros para com a Secretaria Executiva do CNT e também em relação aos meios de comunicação e divulgação.

Entre os aspectos que obtiveram avaliações mais negativas, observam-se, principalmente, questões referentes à influência do conselho nas decisões tomadas em outras instâncias, como o CN, em outros ministérios que incidem sobre o turismo e na opinião pública. Boa parte dos conselheiros mostra-se insatisfeita com a forma de escolha das entidades e mais de um quarto deles revelou não saber como se dá a forma de escolha dos conselheiros no interior das entidades.

3. O período analisado nesta pesquisa, aos quais os conselheiros se reportam em suas respostas, corresponde ao período anterior a fevereiro de 2011, quando os questionários foram aplicados.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo CNT, aspectos indicados por seus membros incluem o pouco tempo de discussão nas reuniões – o que limitaria a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais completa –, o fato de as reuniões serem esparsas, a limitação de passagens e diárias para comparecimento dos conselheiros, o excesso de discussão sobre questões políticas alheias à agenda do conselho e a pouca antecedência na disponibilização da pauta e dos subsídios para as reuniões.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria no processo participativo dentro do CNT, podendo escrever livremente sobre o assunto. A partir dessas sugestões, adicionaram-se alguns tópicos que parecem necessitar maior reflexão no que se refere ao processo do conselho e à sua atuação. Sugere-se que o conselho aprofunde o debate sobre estas questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório do CNT, além de poderem ser, eventualmente, temas importantes para futuros estudos.

- 1) Aperfeiçoamento das reuniões. Os conselheiros sugerem, inicialmente, a utilização de um calendário anual de reuniões a ser divulgado no início de cada ano, para que seja possível a organização da agenda tanto para o comparecimento às reuniões quanto para o estudo anterior dos assuntos relevantes. O envio da pauta com maior antecedência também foi um aspecto ressaltado, assim como a participação dos conselheiros na escolha dos assuntos que serão priorizados nas reuniões. Neste sentido, abordou-se também a necessidade de ampliar o tempo das reuniões de trabalho e reestruturar a dinâmica de condução delas, a fim de que se tornem mais produtivas.
- 2) Regras de composição do conselho. As questões relacionadas a este aspecto são a necessidade de renovação dos mandatos, o estabelecimento de critérios de base técnica e meritória para inclusão de novos representantes e a quantidade de entidades e órgãos públicos ser considerada alta por alguns conselheiros.
- 3) Ajuda de custo para conselheiros. Foi sugerida a adoção de mecanismos que permitam às entidades de menor poder aquisitivo participar ativamente das atividades do conselho, como mapeamento destas entidades e parcerias que possam tornar mais viáveis passagens e hospedagens para conselheiros que residam fora de Brasília.
- 4) Modificações nas regras do conselho. Tornar o conselho deliberativo a fim de fortalecer o encaminhamento de suas decisões e conferir mais legitimidade a estas perante outros órgãos da administração pública envolvidos na atividade do turismo.
- 5) Potencializar articulação com órgãos públicos e a sociedade civil. A análise dos dados evidencia que uma maior interação com o CN e com ministérios cujas políticas incidem no setor do turismo pode facilitar o encaminhamento de decisões do conselho. Da mesma forma, o desenvolvimento de redes com parceiros pode contribuir nos trabalhos do conselho e das câmaras técnicas, qualificando os debates.

Por fim, ressalta-se que os tópicos para debate aqui apresentados serão aprofundados na segunda etapa da pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 23 conselhos e das três comissões nacionais analisados). O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília, 2003.
- _____. _____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.
- _____. _____. Decreto no 6.705, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6705.htm>.
- _____. _____. Portaria no 55, de 2 de abril de 2009. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Turismo. Brasília, 2 abr. 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/conselhos/conselho_nacional/documentos_conselho/REGIMENTO_INTERNO_-_02_04_2009__2_.pdf>.
- _____. _____. **Turismo no Brasil 2011-2014**. Brasília, 2011a.
- _____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>>.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. v. 3.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>.
- _____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>.
- _____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.
- SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONSELHEIROS

Observação para facilitar o preenchimento:

Sector – Considere o termo “setor” como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho: representantes do poder público e da sociedade civil.

Base de apoio – Considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)**1) Sexo:**

1. () Masculino 2. () Feminino

2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):

1. () Branca 2. () Preta 3. () Amarela 4. () Parda 5. () Indígena

3) Escolaridade:

1. () Ensino fundamental 2. () Ensino médio 3. () Superior incompleto
4. () Superior completo 5. () Especialização 6. () Mestrado incompleto
7. () Mestrado completo 8. () Doutorado incompleto 9. () Doutorado completo

4) Qual sua religião ou culto?

5) Faixa etária:

1. () até 20 anos 2. () de 21 a 30 anos 3. () de 31 a 40 anos
4. () de 41 a 60 anos 5. () mais de 60 anos

6) Renda familiar mensal (média)

1. () Abaixo de R\$ 500,00 2. () De R\$ 500,00 até 1.500,00 3. () De R\$ 1.501,00 até 2.500,00
4. () De R\$ 2.501,00 até 4.000,00 5. () De R\$ 4.001,00 a 8.000,00 6. () De R\$ 8.001,00 a 12.000,00
7. () Acima de R\$ 12.001,00 8. () Não sabe

7) Município/UF de residência: _____

8) Situação no conselho

1. () Titular 2. () Suplente
3. () Não sabe 4. () Outros _____

14) Na sua atuação no conselho, que interesses você defende prioritariamente?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um "X" sua 1a, 2a e 3a opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico sigo apenas as minhas convicções pessoais	()	()	()
2. Interesses da minha instituição	()	()	()
3. Interesses do meu setor	()	()	()
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	()	()	()
5. Interesses de toda a coletividade	()	()	()
6. Não sabe	()	()	()
7. Outros _____	()	()	()

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/ não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil	()	()	()	()	()

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a) você tem alguma base de apoio?

1. () Sim. Qual(is) _____
2. () Não
3. () Não sabe

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. () Não tenho base de apoio
2. () Nunca
3. () Raramente
4. () Às vezes
5. () Com frequência
6. () Sempre
7. () Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais)

1. () Não tenho base de apoio
2. () Telefonema
3. () E-mail/lista de discussão
4. () Reuniões presenciais
5. () Conversas pessoais
6. () Orkut, Facebook, Twitter e afins
7. () Home-page institucional
8. () Carta/Ofício
9. () Fax
10. () Mensagem (torpedo/SMS)
11. () Não sabe
12. () Outra: _____

27) Quais os principais pontos fortes na atuação do conselho?

28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho?

Muito obrigado!

29) Espaço destinado para considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Laeticia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Daniilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria do Ipea

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da
Presidência da República

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA